

questões globais

Volume 3, Número 2, Setembro de 1998



A POPULAÇÃO NO NOVO MILÊNIO

**A
PERSPECTIVA DOS
EUA**



...o desenvolvimento eqüitativo e sustentável e a estabilização da população andam juntos". A educação e a autodeterminação das mulheres, os altos índices de alfabetização, a disponibilidade e a qualidade da assistência médica – todos esses fatores são cruciais.

Eles não podem esperar a chegada do desenvolvimento, eles precisam acompanhá-lo – e na verdade eles devem fazer parte do processo pelo qual o desenvolvimento é acelerado e se torna mais provável."

Vice-Presidente Al Gore

*Declarações feitas por ocasião da Conferência da ONU
Sobre População e Desenvolvimento no Cairo, Egito, em setembro de 1994.*

questões globais

Uma Revista Eletrônica da Agência de Informações dos Estados Unidos
Volume 3, Número 2, Setembro de 1998



índice

A POPULAÇÃO NO NOVO MILÊNIO A PERSPECTIVA DOS EUA

ênfase

- Uma População Estável é Importante Para o Progresso**6
O crescimento populacional pode comprometer o progresso econômico e social e contribuir para a degradação do meio ambiente.
Secretária de Estado Madeleine K. Albright
- Os Direitos das Mulheres São Direitos Humanos**8
Como vamos fazer com que a saúde das mulheres assuma um enfoque mais amplo de modo a incluir o poder que elas devem ter para assumir o controle de todas as áreas das suas vidas?
Donna Shalala, Secretária de Saúde e Serviços Humanos
- Os Estados Unidos Apóiam "O Bem-Estar" Para as Mulheres**12
O programa e as políticas do governo Clinton englobam uma grande variedade de itens referentes ao bem-estar para meninas e mulheres. Uma entrevista com Julia Taft, secretária-assistente de estado para questões referentes à população, aos refugiados e à imigração.

comentário

- Wirth: A Chave Para a Redução do Crescimento Populacional – Educação das Meninas**16
A segurança do mundo depende de um equilíbrio "sustentável" entre a população e a capacidade que a Terra tem de sustentar a vida. Entrevista com Tim Wirth, da U.N. Foundation [Fundação da ONU].

A População Mundial: Uma das Principais Questões no Novo Milênio	19
O equilíbrio da população deverá pender, de forma marcante, em direção aos países em desenvolvimento, produzindo um mundo social e economicamente diferente. Talvez menos de 5 por cento da população do mundo viverá na Europa e na América do Norte.	
<i>Carl Haub</i>	
Enfrentando o Desafio do Cairo	22
A Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional [U.S. Agency for International Development] (USAID) tem desempenhado um papel crítico ao ajudar os países a implementar os objetivos do Cairo em áreas como o planejamento familiar, a saúde materna, e a prevenção de HIV/AIDS.	
<i>Elizabeth Maguire, diretora do Escritório da População da USAID [USAID Office of Population]</i>	
Necessidade Não Atendida de Planejamento Familiar	26
Quadro – Um resumo dos programas da Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional que se destinam a proporcionar serviços voluntários de planejamento familiar aos países em desenvolvimento.	
Informações da USAID Sobre População	
Uma Opinião do Congresso: Aqueles Que Ainda Não Nasceram Precisam Ser Protegidos	29
O planejamento familiar é uma fachada para a liberalização das leis sobre o aborto.	
Comentários do Deputado Republicano Christopher H. Smith	
Uma Opinião do Congresso: O Acesso ao Planejamento Familiar é Importante	31
O acesso ao planejamento familiar resulta em famílias mais saudáveis, faz com que a mulheres tenham mais poder, e amplia as suas oportunidades econômicas.	
<i>Deputada Democrata Nancy Pelosi</i>	

relatórios e documentos

Fatos e Números: Política Internacional dos Estados Unidos em Relação à População	34
A política populacional do governo Clinton é um elemento crítico na sua estratégia para o desenvolvimento sustentável.	
Departamento de Estado	
Fazendo um Mundo de Diferença, Uma Família de Cada Vez	37
Respostas às perguntas mais comuns sobre os programas internacionais de planejamento familiar da Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional (USAID).	
Princípios do Programa de Ação do Cairo	40
Os princípios do Programa de Ação adotado pela Conferência Internacional da ONU Sobre População e Desenvolvimento, em setembro de 1994, no Cairo.	

departamentos

Bibliografia	43
Livros, documentos e artigos sobre assuntos referentes à população.	
Sites na Internet	46
Uma lista de sites da Internet sobre assuntos referentes à população.	

QUESTÕES GLOBAIS

Uma revista eletrônica da Agência de Informações dos Estados Unidos
ejglobal@usia.gov

Editora Responsável	Rosemary Crockett
Editor	William Peters
Editor Executivo	Edmund F. Scherr
Editor de Texto	Jim Fuller
Editor de Internet	Tim Brown
Editores Associados	Guy Olson Wayne Hall
Colaboradoras	Ellen F. Toomey Erika Slife
Referência e Pesquisa	Monica Mierszewska Joan Taylor
Diretora de Arte	Chloe Ellis
Programadora Visual	Sylvia Scott
Criação da Capa	Thaddeus Miksinski, Jr.
Conselho Editorial	Howard Cincotta Rosemary Crockett David Hamill

As revistas eletrônicas da USIA, publicadas e transmitidas para o mundo inteiro a cada três semanas, examinam as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional, e apresentam, para o público estrangeiro, informações sobre os Estados Unidos. As revistas — PERSPECTIVAS ECONÔMICAS, QUESTÕES GLOBAIS, QUESTÕES DE DEMOCRACIA, AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA EUA, e SOCIEDADE E VALORES DOS EUA — apresentam análises, comentários, e informações de caráter geral nas suas áreas temáticas. Todas as revistas são traduzidas para o francês e o espanhol, e alguns números são publicados em outras línguas — especialmente o árabe, o português, e o russo.

As opiniões expressas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões ou as políticas dos governos dos Estados Unidos. Por favor observe que a USIS não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo ou pela continuidade do acesso aos sites da Internet para os quais são apresentados links nesta publicação; essa responsabilidade é única e exclusivamente dos provedores de tais sites. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos a não ser que haja restrições específicas de copyright mencionadas nos próprios artigos.

Números atuais ou atrasados das revistas podem ser encontrados na Home Page do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS) na World Wide Web, no seguinte endereço: "<http://www.usia.gov/journals/journals.htm>". As revistas se encontram disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, a transferência, o download e a impressão. Comentários são bem-vindos no seu escritório local da USIS ou na redação:

Editor, Global Issues (I/TGIC)
U.S. Information Agency
301 4th Street, SW
Washington, D.C. 20547
United States of America.

Você também pode se comunicar com a USIA via e-mail através do seguinte endereço:

ejglobal@USIA.gov.

ÊNFASE



UMA POPULAÇÃO ESTÁVEL É IMPORTANTE PARA O PROGRESSO

Secretária de Estado Madeleine K. Albright

Nas minhas viagens como secretária de Estado, eu tenho visto, na Ásia, na África, na América Latina, e no Caribe, como as populações que crescem rapidamente podem dificultar a tarefa da sociedade de enfrentar os desafios e progredir.

O crescimento insustentável da população pode comprometer o progresso econômico e social, sobrecarregando a qualidade e a disponibilidade dos serviços públicos, limitando oportunidades de emprego, e contribuindo para a degradação ambiental. Ele pode também contribuir para a instabilidade, potencialmente até para o aumentar o fluxo de emigrantes, e quando exacerbado pelo desrespeito aos direitos humanos, ocasionar um fluxo de refugiados.

Resumindo, o crescimento insustentável da população compromete o nosso esforço estratégico de aproximar as nações tendo como objetivo os princípios comuns da democracia, paz e a observância da lei – para construir um mundo cada vez mais estável, próspero, e livre.

É por isso que o governo Clinton prefere adotar uma abordagem mais abrangente para ajudar os países a crescer de modo a obter um equilíbrio entre o progresso econômico, o desenvolvimento social, e as preocupações com o meio ambiente.

Essa abordagem também reconhece que as mulheres – assim como a saúde das mulheres - são essenciais para o desenvolvimento bem sucedido. Isso está em conformidade com o consenso criado na Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento de 1994, [1994 International Conference on Population and Development] (ICPD) realizada no Cairo, e com a visão coletiva de um mundo em que as mulheres e os homens são parceiros iguais, as crianças são tratadas com carinho e saudáveis, as famílias são fortes, e a prosperidade é compartilhada entre os membros da comunidade.

Tivemos muitos sucessos nos quatro anos que se seguiram à conferência no Cairo. O acesso ao serviço de saúde na área de reprodução se expandiu no mundo inteiro, e um número maior de mulheres

está assumindo o controle das suas próprias vidas por meio de uma educação melhor e pelo maior respeito aos seus direitos. Mas os desafios que enfrentamos também são grandes.

A população mundial continua a crescer – 80 milhões de pessoas por ano. Quinhentas mil mulheres ainda estão morrendo a cada ano por motivos relacionados com a gravidez -- 99 por cento delas nos países em desenvolvimento. E milhões de pessoas foram infectadas com HIV/AIDS em cada um dos últimos quatro anos.

Os Estados Unidos vêem a análise quinquenal do Programa de Ação da ICPD como uma importante oportunidade para modificar o enfoque e redobrar os esforços no nosso país e no mundo inteiro.

Por meio de uma série de eventos que se iniciam agora e que prosseguirão até o Fórum Internacional [International Forum] em fevereiro de 1999 - e que terão continuidade após essa data – estaremos profundamente envolvidos nessas questões. E esperamos poder trabalhar com outros governos e com organizações internacionais e não-governamentais no sentido de assegurar que a profunda mudança na filosofia do pensamento a respeito das questões populacionais, que teve início no Cairo, faça uma diferença profunda e duradoura nas vidas dos homens e mulheres no mundo inteiro.

OS DIREITOS DAS MULHERES SÃO DIREITOS HUMANOS

Donna E. Shalala
Secretária de Saúde e Serviços Humanos

O que são cinco segundos? O tempo suficiente para que uma mulher em Nairobi ou Atlanta seja informada de que é portadora de HIV. O que são 30 segundos? O tempo suficiente para uma garota em Toronto ou São Paulo dar a sua primeira tragada em um cigarro. O que são cinco minutos? O tempo suficiente para uma mulher em Bangkok ou Nova York ser violentada. O que são nove meses? O tempo suficiente para uma adolescente em Tóquio ou Amsterdam ter um bebê que ela não quer.

O que são cinco anos? O tempo suficiente para que a comunidade internacional aja em resposta à agenda estabelecida na Conferência Internacional Sobre a População e o Desenvolvimento, que passamos a conhecer como "Cairo".

Em 1994, mais de 180 nações de todas as partes do globo se reuniram no Cairo para repensar a maneira pela qual abordamos a questão da saúde da mulher. A questão era: como podemos abordar a saúde da mulher com um enfoque mais abrangente do que o atual, que se limita ao controle populacional e à saúde no que diz respeito à reprodução? Como podemos, em vez disso, fazer com que as mulheres do mundo assumam o controle sobre todas as áreas das suas vidas – acadêmica, econômica, social, e politicamente?

O Cairo desafiou o mundo a tornar realidade a afirmação de que os direitos das mulheres são direitos humanos. O Cairo reafirmou a noção de que o valor de uma mulher transcende, e muito, os seus órgãos reprodutores; que o seu destino não existe em um vácuo.

Existem enormes diferenças culturais no nosso mundo, mas existe uma verdade comum: quando

uma mulher morre, fica incapacitada, sofre algum tipo de abuso, ou passa fome, isso pode afetar profundamente cada um dos seus filhos, os seus parentes, todo o bairro, e uma comunidade inteira.

Os Estados Unidos reagiram a essa afirmação com vigor. Nos últimos cinco anos, fomos além do nosso conceito tradicional de iniciativas "femininas", e estamos criando programas que permitem que as mulheres não apenas se mantenham mais saudáveis e sejam economicamente mais bem sucedidas no decorrer das suas vidas, mas que também fortaleçam e apoiem o amplo círculo de pessoas que as rodeiam.

Iniciamos a nossa reação ao Cairo reconhecendo que, todos os dias, mulheres americanas enfrentam ameaças ao seu bem-estar pelo simples fato de serem mulheres. Mas também reconhecemos que, tendo conhecimentos, educação, oportunidade, e poder, as mulheres podem ser heroínas e mover montanhas para ajudar a si mesmas e outros que o destino determinou que recebessem os seus cuidados. Para criar um ambiente propício para esses atos heróicos, o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos [United States Department of Health and Human Services] (DHHS) implementou muitos programas destinados às mulheres em todas as fases das suas vidas.

Esperamos que outras nações vejam nossas iniciativas como modelos de demonstração, assim como nós já nos beneficiamos e aprendemos a partir de programas inovadores no mundo inteiro.

Começando com as mulheres mais jovens, a nossa campanha "Girl Power!" [Poder Para as Garotas!] é dirigida às garotas de 9 a 14 anos, a idade na qual

elas iniciam a sua transformação, freqüentemente complexa e confusa, e mulheres. Os estudos mostram que as garotas encontram desafios sociais, culturais, fisiológicos, e psicológicos diferentes daqueles encontrados pelos meninos. Por exemplo, o Estudo Longitudinal Nacional Sobre a Saúde dos Adolescentes [National Longitudinal Study on Adolescent Health] revelou que uma a cada 20 meninas já tentou o suicídio, o dobro da proporção entre os meninos, e o "Relatório Sobre as Garotas: O Que Sabemos e o Que Precisamos Saber Sobre Como Crescer Como Mulheres" ["The Girls Report: What We Know and Need to Know About Growing Up Female"] concluiu que 90 por cento dos casos de disfunções relacionadas com a alimentação ocorrem entre as meninas e mulheres jovens.

O uso de drogas também está crescendo. Atualmente, as garotas têm uma probabilidade 15 por cento maior, do que as suas mães, de terem começado a usar drogas ilegais até os 15 anos de idade, de acordo com o Centro Nacional de Vício e Abuso de Entorpecentes na Universidade de Colúmbia [National Center on Addiction and Substance Abuse].

O objetivo de "Girl Power!" é ajudar as garotas a passar pelo período crítico da pré-adolescência, trabalhando na sua autoconfiança na escolaridade, nos esportes, na arte, e em outras atividades, e desenvolvendo as suas habilidades interpessoais e sociais. Além disso, elas também recebem mensagens referentes à saúde, sobre o uso de drogas, a atividade sexual, a nutrição, e a saúde mental.

Enquanto essas crianças se transformam em mulheres, a nossa Estratégia Nacional Para Evitar a Gravidez na Adolescência [National Strategy to Prevent Teen Pregnancy] as auxilia na passagem pela próxima fase. Essa estratégia promove a educação para estimular a abstinência, conduz avaliações, e financia projetos-piloto. Nos últimos anos, as taxas de gravidez e os partos na adolescência têm diminuído nos Estados Unidos, mas o índice de partos na adolescência ainda é de duas a sete vezes superior ao de outros países industrializados.

Reconhecemos que a gravidez na adolescência não é apenas uma questão de saúde a curto prazo. A gravidez nessas circunstâncias pode interromper e até mesmo encerrar a educação de uma mulher, o que pode afetar a sua independência econômica pelo resto da vida. Entre as mulheres que dão à luz enquanto estão freqüentando a escola secundária, 62 por cento abandonam a escola, e elas têm menos probabilidades de freqüentar uma faculdade, em comparação com as mulheres que só engravidam mais tarde.

À medida que as mulheres envelhecem, elas continuam precisando de acesso aos serviços de saúde no que diz respeito à reprodução, o que inclui o planejamento familiar, que nós apoiamos. Elas também enfrentam a ameaça de doenças crônicas e mortais. No decorrer das suas vidas, as mulheres americanas enfrentam uma chance entre oito de desenvolver câncer de mama. Portanto, em 1993, em resposta a um abaixo-assinado com 2,6 milhões de assinaturas pedindo que fosse estabelecida uma estratégia coordenada, em âmbito nacional para combater o câncer de mama, o presidente Clinton deu início ao Plano Nacional de Ação Sobre o Câncer de Mama [National Action Plan on Breast Cancer], uma parceria entre os setores público e privado que dirige melhor os nossos recursos para o combate a essa terrível doença. Além disso, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças [Center for Disease Control and Prevention] (CDC) ampliou o seu Programa de Exames de Câncer na Mama e Câncer Cervical [Breast and Cervical Cancer Screening Program], que agora está protegendo a saúde das mulheres de baixa renda em cada um dos nossos 50 estados.

No entanto, por maior que seja o nosso temor em relação ao câncer de mama, as doenças cardíacas continuam ocupando o primeiro lugar entre as causas de morte de mulheres. Estamos aprendendo mais a respeito da saúde cardíaca das mulheres na Iniciativa Para a Saúde das Mulheres nos Institutos Nacionais de Saúde [Women's Health Initiative at the National Institutes of Health] (NIH), a maior experiência clínica na história dos Estados Unidos. Esta pesquisa trouxe milhares de mulheres a importantes estudos clínicos e está aumentando o nosso conhecimento a respeito da terapia de substituição de hormônios, padrões de dieta, e exercícios. Este importante estudo é apenas um

exemplo da agenda, grandemente ampliada, referente à saúde da mulher, no NIH.

Como nação, não podemos cumprir o mandato do Cairo sem examinar outras questões - além das doenças - na sociedade, que ameaçam a saúde e o bem-estar da mulher. De acordo com o Escritório da Saúde da Mulher, do DHHS [DHHS Office of Women's Health], a violência doméstica é a principal causa de ferimentos sofridos por mulheres nos Estados Unidos. Mais de 50 por cento das mulheres assassinadas nos Estados Unidos são mortas pelos seus atuais ou antigos parceiros masculinos, e estima-se que uma entre cada quatro mulheres nos Estados Unidos será violentada por um parceiro doméstico no decorrer da sua vida.

A violência e a vitimização também causa um grande impacto nas meninas e adolescentes. Estima-se que entre uma de cada três ou uma de cada quatro meninas já tenha sido vítima de abusos sexuais antes de completar 18 anos de idade. Os Estados Unidos reagiram, promulgando leis mais rigorosas, estabelecendo melhores programas de treinamento para os órgãos de assistência médica, e aumentando as verbas destinadas aos abrigos para as mulheres que tenham sofrido agressões.

Além disso, foi criado um serviço de chamada telefônica gratuita, que funciona 24 horas por dia, conhecido como Violência Contra as Mulheres [Violence Against Women] (1-800-799-SAFE) para proporcionar segurança a milhares de mulheres. Desde a instituição do serviço, há 18 meses, mais de 200.000 mulheres já ligaram para esse número para pedir ajuda e aconselhamento, nas horas em que mais precisaram de ajuda.

O Departamento de Saúde e Serviços Humanos também está trabalhando no sentido de combater a ameaça crescente de HIV/AIDS. Em 1997, as mulheres consistiam 22 por cento de todos os casos de AIDS relatados; isso se compara com somente 7 por cento em 1995. Atualmente, o contato heterossexual é a forma de transmissão que mais cresce. Nos Estados Unidos, a ameaça é ainda maior para as mulheres de cor. As mulheres afro-americanas e hispânicas compõem 76 por cento dos casos de AIDS em mulheres relatados até o momento.

Portanto, nós agimos rapidamente para criar uma agenda voltada para as mulheres e o HIV. As organizações comunitárias e os órgãos de saúde estão trabalhando em conjunto com o Departamento de Saúde e Serviços Humanos para desenvolver programas que atendam às necessidades das mulheres, na prevenção e no tratamento do HIV. O NIH e o CDC estão à frente de uma estratégia integrada de pesquisa relativa ao HIV e à AIDS, financiando estudos para desenvolver intervenções comportamentais e biomédicas para proporcionar às mulheres as ferramentas adequadas para reduzir o seu risco de infecção de HIV.

O Cairo também nos encorajou a adotar uma visão mais global das questões que afetam a saúde da mulher. Agora percebemos que a questão internacional da mutilação genital feminina se tornou uma questão doméstica. A prevalência da mutilação genital feminina nos Estados Unidos ainda é, em grande parte, desconhecida, mas o CDC, usando dados do censo norte-americano e os índices de mutilação genital nos países africanos, estimou que mais de 150.000 mulheres e meninas nos Estados Unidos sofreram ou correm o risco de sofrer mutilação genital. No momento estamos desenvolvendo métodos de determinar a verdadeira prevalência dessa prática nos Estados Unidos, trabalhando com as comunidades para que possamos compreender melhor as influências culturais que podem estar envolvidas, e educando os órgãos de assistência médica a respeito da mutilação genital feminina.

Reconhecemos, no Cairo, que a melhoria da saúde da mulher não pode ocorrer sem que seja integrada às prioridades das comunidades. Nossos esforços exigem o apoio total do público americano, homens e mulheres. Desenvolvemos programas para encorajar os homens a se envolverem mais na planejamento familiar, fazendo com que eles trabalhem em clínicas de planejamento familiar, aprendam a respeito da saúde com relação à reprodução, e recebam assistência referente ao planejamento de carreiras e ao treinamento profissional.

Além disso, sabemos que o envolvimento dos pais na paternidade faz bem às crianças. Os pais separados que não têm a guarda dos filhos e que têm uma noção de paternidade mantêm fortes laços emocionais com seus filhos e pagam voluntariamente a pensão alimentícia. Com esse objetivo, o Departamento de Saúde e Serviços Humanos estabeleceu uma Iniciativa da Paternidade [Fatherhood Initiative]. Ela financiará programas de demonstração de paternidade responsável, aumentará as subvenções para serviços de acesso e visitação, incluirá atividades para a prevenção de gravidez, para meninos e rapazes na Estratégia Nacional Para a Prevenção da Gravidez na Adolescência, e trabalhará em conjunto com grupos de mulheres para reduzir a violência contra as mulheres e crianças.

O DHHS fez muita coisa em cinco anos. Mas a estrada do Cairo não tem sido e não será fácil. Os Estados Unidos ainda têm um longo caminho a percorrer no que diz respeito às questões inter-relacionadas de raça, etnicidade, e pobreza. Os números crescentes de mulheres idosas determinarão necessidades diferentes no que tange à saúde. Muita coisa ainda precisa ser feita para dar às mulheres uma noção maior da sua responsabilidade a respeito da sua própria saúde e das suas vidas, e para que os homens sejam responsabilizados pela suas ações que afetem a vida da família.

Ao se aproximar o quinto aniversário do Cairo, vamos celebrar os nossos sucessos, reconhecer nossas falhas, e explorar, vigorosamente, futuras direções para os direitos humanos em todos os lugares. O tempo não espera ninguém.

OS EUA APÓIAM PROGRAMAS DE “BEM-ESTAR” PARA MULHERES

Uma entrevista com Julia Taft, secretária-assistente de Estado para Questões de População, Refugiados e Migração.

Taft diz que os Estados Unidos possuem uma grande variedade de programas de bem-estar para mulheres, e nesses programas, o planejamento familiar e a saúde no que diz respeito à reprodução são os elementos principais. Em 1999, haverá reuniões para rever os resultados quinquenais da Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento de 1994 [1994 International Conference on Population and Development] [ICPD] realizada no Cairo. Taft foi entrevistada por Edmund F. Scherr.

Pergunta: Por favor, explique a abordagem abrangente do governo Clinton em relação à sua política de população.

Taft: A abordagem abrangente em relação à população é fortalecida pelo Programa de Ação da ICPD, que examinou as questões do planejamento familiar e da saúde em termos de reprodução em um contexto mais amplo do poder a ser atribuído às mulheres, a educação de meninas e meninos, a saúde da criança, e os outros elementos econômicos, ambientais, e sociais que afetam as vidas das meninas e das mulheres.

Os nossos programas e políticas realmente abrangem uma ampla gama de iniciativas visando o bem-estar de mulheres e meninas, entre as quais o planejamento familiar e a saúde no que diz respeito à reprodução são elementos essenciais. Mas estamos procurando meios de proteger as mulheres contra a violência sexual. Estamos procurando maneiras pelas quais as mulheres podem ter acesso a informações precisas sobre assistência médica e planejamento familiar e a meios de envolver

melhor os homens nas suas vidas familiares. Estamos estudando o acesso da mulher ao crédito para pequenas empresas e às oportunidades econômicas, assim como à educação.

Isso está acontecendo não apenas nos nossos programas domésticos, mas também nos programas que apoiamos internacionalmente.

P: A senhora pode explicar o impacto do Cairo? Porque o Cairo se tornou tão especial?

A: Quando você reúne 180 países – e eles concordam, de fato, com um plano de ação – é incrível. No Cairo havia um consenso generalizado de que não era possível determinar um elemento de tratamento de saúde para mulheres sem colocá-lo em um amplo espectro dos seus direitos econômicos, sociais, e políticos.

Portanto, a conclusão que tiramos disso é que para podermos estabilizar o crescimento populacional, temos que criar oportunidades para todos no próximo século, e temos que nos assegurar de que as mulheres tenham a capacidade de tomar decisões conscientes sobre si mesmas para que possam se tornar membros mais produtivos da comunidade mundial.

A secretária de Estado Albright tem uma maneira maravilhosa de dizer isso – como as mulheres formam a metade da população do mundo, não se pode impedir que o céu caia com apenas 50 por cento da população. Precisamos das mulheres.

P: Qual foi o impacto da conferência do Cairo sobre os Estados Unidos?

R: Todos nós aprendemos a associar e a integrar

várias questões população, meio ambiente, desenvolvimento, direitos humanos, etc. Quase todos os elementos que se originaram do Cairo se tornaram parte da estrutura da Conferência das Mulheres em Pequim, em 1995 [1995 Beijing Women's Conference]. Portanto, esse foi o impacto importante.

Para os Estados Unidos, a conferência catalisou um processo de planejamento interagências. Agora temos, em funcionamento, um Conselho Presidencial Interagências Para Questões Femininas [President's Interagency Council on Women] para implementar o acordo que se originou da conferência feminina de Pequim. Dentro do Departamento de Estado, temos um objetivo internacional de tentar estabilizar o crescimento da população mundial como um elemento-chave da nossa política externa. Também temos iniciativas especiais a respeito dos direitos da mulher, internacionalmente, e a proteção de mulheres e meninas contra o tráfico.

Também tivemos importantes mudanças na área legislativa. Logo após o Cairo, o Congresso aprovou uma lei garantindo o acesso completo aos serviços de assistência médica reprodutiva, tornando um crime o uso da força, ou a interferência com os órgãos de assistência médica reprodutiva ou os seus pacientes. E houve uma recente decisão, no sentido de requerer que os planos de assistência médica dos funcionários públicos federais cobrissem anticoncepcionais. Essas duas decisões foram muito importantes.

Vários órgãos do governo dos Estados Unidos possuem uma série de atividades, todas relacionadas com o bem-estar da mulher, que tiveram início no Cairo, e foram ampliadas em Pequim. Temos visto essas iniciativas florescerem no nível nacional nos Estados Unidos, e certamente na alçada do governo Clinton.

Eu também gostaria de dizer que este tem sido um estudo de caso muito interessante sobre a sociedade civil. Desde o Cairo, as organizações não-governamentais, incluindo as organizações de planejamento familiar, e os grupos dedicados à saúde, desenvolvimento, sobrevivência de crianças, direitos humanos, e mulheres, têm sido envolvidos no processo de examinar, de forma integrada,

meios de estabilizar a população do mundo. Temos uma parceria muito forte com esses grupos.

P: O direito ao planejamento familiar pode sofrer interferências?

R: Algumas pessoas que se opõem aos serviços de planejamento familiar se opõem a eles por causa do aparecimento, em alguns lugares, de práticas coercitivas de planejamento familiar, esterilizações à força, e abortos à força – coisas que, sem dúvida, violam os direitos humanos básicos.

Ninguém quer que as pessoas sejam forçadas a fazer uma coisa que é ruim para elas próprias ou para as suas famílias. As pessoas que quiserem ser esterilizadas ou fazer um aborto devem receber todas as informações sobre as suas opções. Mas se elas optarem por ter um aborto ou pela esterilização, tal procedimento deve ser seguro.

Há uma razão muito forte para que as pessoas tenham a oportunidade de tomar as suas próprias decisões conscientes a respeito das suas vidas e do tamanho de suas famílias e do período decorrido entre os nascimentos dos seus filhos. Este é um direito humano básico, porque ele ajuda as pessoas – mulheres, junto com os seus maridos e parceiros – a determinar o rumo das suas próprias vidas.

Todos nós nos opomos à coação, mas essa mensagem nem sempre é transmitida da maneira devida.

P: O que a senhora tem a dizer sobre a oposição, por alguns membros do Congresso, ao apoio que os Estados Unidos estão dando aos programas de planejamento familiar no exterior?

R: Eu acho que há uma percepção, por parte de uma minoria dos membros do Congresso, de que o planejamento familiar promove abortos.

As pessoas que pensam que planejamento familiar é a mesma coisa que aborto estão simplesmente enganadas. O aborto não é aprovado ou tolerado como método de planejamento familiar por ninguém, e mesmo assim, quando promovemos opções seguras para o planejamento familiar, os nossos opositores sempre retornam à questão do aborto.

Nota do Editor: A "política da Cidade do México" – que entrou em vigor devido a uma ordem executiva dos governos Reagan e Bush, posteriormente anulada pelo presidente Clinton – cancelava toda a assistência do governo dos Estados Unidos, na área de planejamento familiar, a qualquer organização não-governamental estrangeira (ONG) que executasse abortos legais ou que estivesse envolvida em atividades relacionadas a abortos, ainda que essas atividades fossem executadas com as suas próprias verbas. Há alguns membros do Congresso que querem legislar uma versão da "política da Cidade do México.")

É importante que todos saibam que o governo dos Estados Unidos não apóia o aborto como método de planejamento familiar. Nos nossos programas no exterior, nós não permitimos o financiamento de abortos como método de planejamento familiar e nem mesmo a defesa das idéias associadas com a mudança na legislação para promover o aborto ou para permitir o aborto no exterior.

No entanto acreditamos firmemente que as organizações devem ser capazes – no seu próprio tempo e com o seu próprio dinheiro – de fazer o que lhes for legalmente permissível, seja proporcionar a prática segura de abortos ou defender essa prática dentro do seu próprio sistema político. É por isso que o governo Clinton se opõe ao que se convencionou chamar de "política da Cidade do México" que certos membros do Congresso estão defendendo.

Achamos que é inadequado restringir a nossa capacidade de financiar organizações sempre que elas decidem fazer coisas que, para elas, são legalmente apropriadas.

P: Os Estados Unidos estão trabalhando em conjunto com a Organização das Nações Unidas em questões populacionais?

R: É claro. Apoiamos organizações internacionais que se ocupam dessas questões, particularmente o Fundo de População das Nações Unidas [United Nations Population Fund] (UNFPA). O fundo é o maior fornecedor multilateral, no mundo, de assistência nas questões populacionais. Seus programas complementam a assistência bilateral proporcionada pelos Estados Unidos e outros doadores. O UNFPA proporciona serviços – muito necessários e desejados – voluntários, de planejamento familiar, assistência médica às mães e às crianças, além de outros serviços, em mais de 160 países. O UNFPA está assumindo uma função de liderança para a Organização das Nações Unidas no processo de análise dos cinco anos após o Cairo.

Também apoiamos as atitudes de vários outros órgãos. A UNICEF tem uma função importantíssima na saúde e na sobrevivência das crianças. A UNAIDS é uma organização relativamente nova, cuja importância reside no seu papel de liderança na resposta global à epidemia de HIV/AIDS. A WHO, o UNDP, e o Banco Mundial também têm importantes programas nessas áreas. Portanto, nós trabalhamos em estreita colaboração com todas essas organizações.

P: De que maneira os outros países estão reagindo ao Plano de Ação do Cairo?

R: Acho que as reações têm sido mistas. Muita coisa depende da situação política, econômica e social de um país. Em geral, temos visto muitas histórias de sucesso. Vozes de todos os países em desenvolvimento, especialmente vozes de mulheres, estão buscando a igualdade de acesso à educação, maiores informações a respeito do planejamento familiar, e melhoria na qualidade da assistência médica reprodutiva.

Na Turquia, organizações não-governamentais dirigiram suas atenções para a questão da educação das meninas, de uma forma muito marcante e pró-ativa, e deram início a algumas mudanças de política no país. Acho que todos nós queremos nos

certificar de que as meninas freqüentem a escola o tempo suficiente para que possam causar um impacto significativo nos elementos políticos, econômicos e sociais da sua sociedade, e para que sejam mais respeitadas e tenham mais oportunidades..

O Nepal tem feito um excelente trabalho ao tentar lidar com o problema da mortalidade materna, proporcionando uma tecnologia mais apropriada de cuidados pós-parto, e melhores maneiras de lidar com o que tem sido um problema muito significativo.

O que cada país fará neste ano, ao nos aproximarmos da avaliação quinquenal do Cairo, é preparar o seu próprio boletim sobre o progresso que foi feito e quais são as restrições que ainda existem. Eu acho que o que será muito útil para todos os países é uma atitude de muita abertura sobre o que deu certo, sobre o que não deu certo, para que possamos ver o que podemos aprender uns com os outros.

P: O que se pode dizer sobre os impactos do Cairo no que diz respeito aos seus objetivos específicos?

R: Na verdade eu ainda não posso responder porque ainda não temos essas informações. Lembre-se de que a conferência do Cairo foi realizada apenas quatro anos atrás e de que as estatísticas só têm aproximadamente dois anos.

No entanto eu acredito que podemos quantificar algumas coisas. Estamos começando a ver alguma redução na mortalidade materna. Estamos começando a ver mudanças na legislação. Já houve muito progresso com relação ao problema da violência contra as mulheres. Conferências têm sido realizadas sobre como lidar com o tráfico de mulheres e meninas. Isso é fenomenal. Isso nem ao menos estava entre os objetivos, em termos de reação aos programas, até recentemente. Portanto, as coisas têm melhorado.

P: O que acontecerá na reunião "Cairo + cinco" em fevereiro de 1999 em Haia? O programa de Ação do Cairo precisa de uma revisão?

R: Os Estados Unidos não apóiam uma revisão ou uma reabertura para negociar o que foi tão bem

negociado quatro anos atrás. Na verdade, o Programa de Ação é um plano para 20 anos. O que nós queremos fazer é discutir o que aconteceu nos últimos cinco anos – analisar os sucessos que tivemos e os desafios que enfrentamos.

É também uma reafirmação de que nós realmente nos importamos com a questão da responsabilidade. Todos os participantes querem se assegurar de que o Programa está no caminho certo no que se refere ao atingimento dos seus objetivos. Será preciso ter um compromisso contínuo para atingir todos os objetivos do Cairo.

Haverá dois eventos na reunião internacional. Primeiro, haverá uma oportunidade para as ONGs terem um ambiente para compartilhar suas experiências e a sua avaliação do progresso que foi feito até o momento.

Haverá também um encontro dos representantes de todos os países que participaram do Cairo. Eles farão declarações sobre o progresso nos seus países e sobre os desafios que eles ainda têm.

Mais tarde, no mesmo ano, nós todos teremos uma sessão especial da Assembléia Geral da ONU para apresentar relatórios oficiais da situação de todos os participantes, cinco anos após o Cairo. E a coisa não vai parar por aí. Faremos uma avaliação contínua da situação para que, dentro de 15 anos, possamos concluir que os direitos humanos, os direitos civis, e a assistência médica adequada, se estenderam a todo o mundo. Acho que existe energia suficiente para isso, e acho que essa energia se tornará ainda mais forte com os eventos do próximo ano.

Edmund F. Scherr escreve sobre questões referentes à população e outras questões globais para a Agência de Informações dos Estados Unidos.

COMENTÁRIO



WIRTH: A CHAVE PARA REDUZIR O CRESCIMENTO POPULACIONAL— A EDUCAÇÃO DAS MENINAS

Jim Fuller

Tim Wirth, presidente da Fundação das Nações Unidas [United Nations Foundation], diz que os programas de educação para mulheres – particularmente meninas na adolescência – têm uma função importantíssima na redução do ritmo do crescimento populacional e na melhoria da qualidade de vida para as gerações futuras.

Wirth, ex-subsecretário de Estado para Questões Globais, disse, em uma entrevista, que a estabilização da população é a questão mais importante que enfrentamos no mundo atualmente.

“Temos que estabilizar a população do mundo para nos certificarmos, especialmente nas partes mais pobres do mundo, de que as pessoas tenham oportunidades,” disse. “É atualmente a população está crescendo a um ritmo mais rápido do que o do desenvolvimento, em uma quantidade excessiva de lugares.

“A segurança da nossa nação e do nosso mundo depende da nossa capacidade de alcançar um equilíbrio sustentável, eqüitativo, entre a quantidade de pessoas e a capacidade que o planeta tem de sustentar a vida,” acrescentou. “Se nós não formos capazes de dirigir nossas atenções à

população e ao consumo – destruiremos o habitat do mundo, e destruiremos os próprios sistemas que tornam possível a existência da vida na Terra.”

De acordo com o Fundo de População da ONU [U.N. Population Fund], a população do mundo dobrou de 1950 até o presente e agora é superior a 5,9 bilhões. A cada ano, o mundo ganha mais 80 milhões de habitantes – o equivalente à população do México – e, no próximo ano, passaremos da casa dos 6 bilhões.

Wirth disse que a educação das meninas é uma área crítica para a estabilização da população e uma prioridade número um da Fundação da ONU, que ele atualmente dirige. A fundação foi criada no início de 1998 com uma doação de um bilhão de dólares feita por R.E. “Ted” Turner, fundador da Cable News Network (a rede de televisão CNN). A fundação apóia as causas da ONU referentes à estabilização da população, autodeterminação das mulheres, proteção do meio ambiente, e os cuidados com a saúde das crianças.

“Estamos nos concentrando, particularmente, nas adolescentes – programas de educação para meninas, iniciativas para manter as meninas na

escola, para dar a elas a oportunidade de conseguir empregos, para fazer com que elas tenham direitos legais, e que tenham acesso à assistência médica no que diz respeito à reprodução," diz Wirth.

"A educação inadequada é um poderoso determinante das altas taxas de fertilidade e, inquestionavelmente, impede que os indivíduos alcancem o seu potencial de desenvolvimento," ele acrescenta. "No mundo inteiro, a educação deveria ser um componente vital das estratégias internacionais de população e desenvolvimento, e precisamos eliminar o hiato entre as oportunidades educacionais para meninas e meninos."

Wirth observou que o Programa de Ação adotado na Conferência Internacional Sobre a População e o Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, reconhecia que o investimento nas mulheres por meio da educação, assistência médica, e emprego, é crítico para o processo de desenvolvimento.

O Programa de Ação indicava estudos segundo os quais quando uma mulher tem controle da própria vida, ela tem mais capacidade de fazer uma contribuição para uma sociedade que lhe oferece opções, especialmente as opções relacionadas ao casamento e à maternidade. Por outro lado, a ausência do poder decisório afeta negativamente a função produtiva da mulher no lar, no mercado, e na família.

"Reconhecer o valor das mulheres no desenvolvimento, fazer com que elas tenham o poder de contribuir com toda a sua sabedoria e talento para o bem da sociedade – representam os principais objetivos da nossa participação na Conferência Mundial das Mulheres [World Conference on Women] em Pequim, três anos atrás, e da continuidade dos nossos esforços desde então," Wirth diz.

Wirth também enfatizou a importância do planejamento familiar como parte de uma abordagem abrangente com o objetivo de reduzir o ritmo do aumento populacional. Ele disse que a conferência do Cairo assinalou a renovação do comprometimento mundial com a criação de programas voluntários, de alta qualidade, de planejamento familiar e de saúde reprodutiva, com o objetivo de colocá-los à disposição da população

de todo o mundo, o mais breve possível, no início do próximo século.

"Foi criada uma nova mentalidade de urgência no sentido de não poupar esforços para proporcionar aos casais e aos indivíduos o direito básico – esse é um compromisso para 20 anos – de decidir, com liberdade e responsabilidade, a quantidade de filhos que querem ter, o tempo decorrido entre o nascimento dos filhos, e de ter as informações, a educação, e os meios para isso," ele disse.

Infelizmente, disse Wirth, os Estados Unidos – que há muito tempo são a maior fonte isolada de doações para programas de planejamento familiar no exterior – estão longe de cumprir a parte que lhes cabe nessa área vital de assistência ao desenvolvimento.

"Os Estados Unidos tinham uma posição de indiscutível liderança em 1992," disse. "Desde então, o Congresso tem questionado a importância da população e tem cortado as verbas – e eu acho que isso vem ocorrendo por pressão dos setores que acreditam que o planejamento familiar internacional é uma fachada para o aborto, o que simplesmente não é verdade.

"A prestação de serviços de planejamento familiar reduz o número de casos de gravidez indesejada e diminui grandemente a necessidade de fazer abortos," continua. "Alguns dos grupos mais conservadores, que defendem o direito à vida, estão misturando a questão do aborto com a questão, mais ampla, da população mundial – e isso é muito prejudicial para o futuro do planeta."

Nos últimos três anos, as verbas dos Estados Unidos para programas internacionais de planejamento familiar têm se mantido em apenas dois terços do nível das verbas de 1995. As subvenções para o exercício de 1999 podem cair ainda mais se os cortes nos gastos com questões internacionais, propostos pelo Congresso, forem aprovados, adquirindo força de lei.

Além disso os Estados Unidos devem 1,5 bilhão de dólares à Organização das Nações Unidas, em contribuições. No início deste ano, o Congresso aprovou um projeto para que o país pagasse uma parte da dívida, mas o projeto não foi enviado ao

presidente para aprovação.

"Estamos perdendo, rapidamente, a nossa posição de liderança, como aliás já estamos em muitos lugares na ONU, por causa da nossa má vontade em relação aos nossos compromissos – pagar a dívida que temos e atender aos nossos compromissos, de modo geral, e cumprir o papel de uma verdadeira grande potência, que é o que nós deveríamos estar fazendo," disse Wirth .

Wirth expressou esperança de que o ímpeto possa ser recuperado em um evento internacional – conhecido como Conferência Cairo Mais Cinco [Cairo Plus Five Conference] – a ser realizado de 8 a 12 de fevereiro de 1999, em Haia. Essa reunião, que deverá contar com a presença de representantes de 180 países, examinará a implementação do Programa de Ação do Cairo, avaliando o que foi feito, os obstáculos que ainda existem, e as ações futuras que se fazem necessárias.

"A conferência é muito importante para o futuro dos serviços de planejamento familiar," disse Wirth . "A finalidade da conferência é tentar tornar o Programa de Ação mais visível e eficaz. Trata-se de um bom conjunto de acordos, exatamente sobre o que precisa ser feito, e está na hora de tentar fazer um trabalho melhor no sentido de implementá-lo"

Jim Fuller escreve a respeito do meio ambiente e outras questões globais, para a Agência de Informações dos Estados Unidos.

A POPULAÇÃO MUNDIAL: UMA DAS PRINCIPAIS QUESTÕES NO NOVO MILÊNIO

Carl Haub

A população mundial chegará à casa dos 6 bilhões no próximo ano. Apenas 12 anos se passaram desde quando chegamos a 5 bilhões, em 1987. Este fato, por si só, serve para nos lembrar de que a explosão contemporânea da população mundial está longe de chegar ao fim.

Como está a situação da população mundial e que expectativa razoável podemos ter para o futuro?

Para pensarmos na primeira pergunta, temos que recuar um pouco no tempo, até 1960, quando ninguém duvidava de que população do mundo estava, de fato, explodindo. Em 1960, a população global havia acabado de chegar a 3 bilhões. O acréscimo do terceiro bilhão havia ocorrido em um tempo extraordinariamente curto, somente 30 anos.

O clássico livro de Paul Ehrlich, "The Population Bomb" [A Bomba Populacional] apareceu em 1968, e já no início dizia que a batalha para se alimentar toda a humanidade havia sido perdida. Atualmente não está em voga apresentar qualquer tipo de defesa para Ehrlich e nem para aqueles que são considerados as Cassandras do passado, mas talvez seja útil fazer uma retrospectiva e reconsiderar.

O aviso de Ehrlich ajudou a dar o tom da época. Tais preocupações eram justificadas no contexto da época. Na década de sessenta, a população mundial estava crescendo no ritmo mais rápido da sua história. A população nos países em desenvolvimento estava crescendo à impressionante taxa de 2,5 por ano, e esses países tinham mais de 70 por cento da população total do planeta.

Nesse ritmo, os números dobrariam a cada 27 anos. Isso se tornou ainda mais assustador quando

percebíamos que, do início dos tempos até 1800, a população apenas chegou ao primeiro bilhão, e o segundo bilhão foi alcançado em 1930.

Por que essa explosão ocorreu?

Os índices de mortalidade nos países em desenvolvimento tiveram uma queda marcante após a Segunda Guerra Mundial. Campanhas de saúde pública e de vacinação reduziram espetacularmente a doença e a mortalidade infantil. Nos países desenvolvidos, esses declínios na mortalidade haviam levado séculos para ocorrer, à medida que a própria sociedade gradualmente se transformava, tornando-se mais urbanizada e menos dependente de grandes famílias. Como resultado, as taxas de nascimento e mortalidade tendiam a decrescer proporcionalmente, e as taxas de crescimento populacional nunca atingiram o nível que atingiriam mais tarde, nos países em desenvolvimento. Nesses últimos, os índices de mortalidade diminuíram tão rapidamente que a sociedade teve pouco tempo ou motivo para mudar o seu desejo de ter famílias mais numerosas.

Ehrlich e outros que avisaram sobre as conseqüências do crescimento sem controle, agora são criticados devido às suas noções alarmistas. Mas os críticos freqüentemente não conseguem enxergar o âmago da questão. Na década de sessenta, as mulheres nos países em desenvolvimento estavam tendo, em média, seis filhos, e a expectativa de vida estava crescendo a um ritmo nunca antes vislumbrado. Os métodos modernos de planejamento familiar estavam apenas começando a se tornar conhecidos nos países industrializados, e a possibilidade de eles se tornarem disponíveis nas sociedades agrícolas, tradicionais, dos países em desenvolvimento era, de fato, muito remota.

Foi precisamente devido a essa preocupação com o rápido crescimento que os países começaram a adotar políticas nacionais para lidar com o rápido crescimento populacional. Agora temos uma nova perspectiva. Por a culpa em Ehrlich é a mesma coisa que criticar alguém por gritar "Fogo!" alto demais.

Atualmente, a situação demográfica global é mais complexa do que 30 anos atrás quando todos os países em desenvolvimento tinham populações que estavam se multiplicando rapidamente. A maioria desses países já adotou políticas de população que identificam as taxas de crescimento populacional como sendo altas demais. Agora, o planejamento familiar já se encontra disponível na maior parte dos países em desenvolvimento. Embora a população ainda esteja crescendo, a taxa de fertilidade – o número de filhos que uma mulher tem no decorrer da sua vida – já diminuiu. Desde 1950, o crescimento populacional mais rápido vem ocorrendo na África, Ásia (com exceção da China) e na América Latina. Essa situação prevalece, no momento.

Se a taxa de natalidade nos países em desenvolvimento tivesse permanecido inalterada desde 1950, a população desses países, hoje, chegaria a 7 bilhões, e estaria crescendo a uma taxa que continuaria a dobrar as suas populações em menos de 20 anos! Ao chegarmos ao ano 2020, esse número chegaria a 15 bilhões, e menos de 20 anos depois, 30 bilhões. Essa projeção, naturalmente, parte da premissa de que tal crescimento de população nunca antes imaginado não teria causado sérias crises no abastecimento de alimentos, a disseminação de doenças, e inúmeras calamidades ambientais. Em outras palavras, justamente o que mais preocupava Ehrlich.

Hoje, nós sabemos algumas coisas que os autores dos livros da década de sessenta não sabiam. Os casais nos países em desenvolvimento queriam limitar o tamanho das suas famílias, e freqüentemente faziam isso sem ter acesso a métodos eficientes de controle de natalidade. Isso, naturalmente não acontecia em todos os lugares. Em alguns países, o planejamento familiar encontrava um público-alvo mais receptivo do que em outros. De qualquer maneira, embora o uso do planejamento familiar seja muito mais comum nos

países cujas economias estão se desenvolvendo mais rapidamente, ele também está em evidência nas áreas rurais, tradicionais, onde sua aceitação nem sempre era esperada.

Isso mudou a nossa percepção do crescimento futuro da população mundial, que agora inclui uma possibilidade significativa: o fim, de fato, do crescimento da população mundial ao se chegar a algum número remoto e desconhecido. O número definitivo dependerá inteiramente da taxa de natalidade nos países em desenvolvimento.

Nenhuma questão é mais importante do que a fertilidade para os demógrafos que fazem as projeções de população mundial. A discussão se concentra no tópico da "fertilidade no nível de reposição". Trata-se, simplesmente, de um tamanho de família de aproximadamente dois filhos por mulher, de modo que cada casal apenas "se reponha", e no final, o crescimento da população mundial chega ao fim. Em algumas partes do mundo, isso pode parecer um sonho distante, mas pelo menos nós sabemos que isso é possível. O crescimento populacional zero nos países em desenvolvimento só será possível se eles chegarem ao nível de reposição. Se isso não acontecer, as populações continuarão a crescer.

Embora não possamos, no momento, saber qual será a população mundial no futuro, podemos fazer uma projeção da ordem de grandeza da população em várias situações diferentes.

Isso é o que a Divisão de População das Nações Unidas faz a cada dois anos, nas suas projeções de população. A ONU emite uma série de projeções que ela chama de Variantes Alta, Média e Baixa. Elas projetam três cenários muito diferentes para a população global. As grandes diferenças se devem apenas às premissas a respeito da fertilidade, no futuro, nos países em desenvolvimento. Isso resulta do fato de que virtualmente todo - 98 por cento – do crescimento populacional no mundo, atualmente, ocorre nesses países.

A fertilidade em quase todos os países desenvolvidos, atualmente, está abaixo do nível de reposição e a maioria dos países europeus se encaminha para um declínio na população. Na sua Variante Média, a ONU parte da premissa

geral de que a taxa de fertilidade total (TFR) para todos os países convergirá para o nível de reposição de 2,1 crianças por mulher até a metade do próximo século. Nessas circunstâncias, a população mundial chegaria a um total de 11 bilhões e então se estabilizaria.

A importância estatística da família de dois filhos pode ser vista facilmente na Variante Alta da ONU. Se os casais, no mundo inteiro, preferirem ter uma família um pouco mais numerosa, 2,6 filhos, a população mundial atingiria uma dimensão maior, e não seria só um pouco maior. Ela incharia para 27 bilhões de pessoas em 2050 e continuaria a crescer.

A Variante Baixa, por outro lado, parte da premissa de que os casais, no mundo inteiro, terão somente 1,6 filhos, o que coincide com o nível atual de TFR na Europa. A tendência baixa chega ao seu ponto máximo em 8 bilhões e em seguida começa a decrescer, pois não está havendo reposição dos casais. Esses cenários muito diferentes mostram como são sensíveis os números projetados da população para qualquer que seja o rumo que a taxa de fertilidade tomar.

Qualquer que seja o cenário escolhido, é essencial ter em mente que todos eles assumem que as taxas de natalidade cairão continuamente a níveis que são, na verdade, níveis históricos muito baixos. A realidade, naturalmente, será diferente. Tendo como base a experiência atual e as tendências, podemos esperar que as taxas de fertilidade começarão a declinar lentamente em alguns países, a declinar por algum tempo e a se estabilizar em outros, e a diminuir suavemente em um terceiro grupo de países.

Temos exemplos de todas essas três tendências. Na Tailândia, por exemplo, a fertilidade caiu para menos de dois filhos por casal, facilitada por um bem administrado programa nacional de planejamento familiar. Um padrão similar é observado na Coreia do Sul e em Taiwan.

Na América Latina, no entanto, a fertilidade apresenta uma forte tendência a diminuir por algum tempo, mas depois passa para aproximadamente três filhos por mulher na Argentina, Colômbia e Jamaica. Na África, o declínio da fertilidade apenas começou em alguns países, mas em muitos outros, isso não aconteceu.

A situação se torna ainda mais complexa quando a examinamos em nível subnacional. Na Índia, por exemplo, o declínio da TFR, desde a década de setenta, de 5,5 filhos por mulher para 3,5 hoje, tem decorrido, em grande parte, de um declínio na TFR nos estados do sul, que são mais prósperos e apresentam um nível mais elevado de escolaridade.

O declínio da fertilidade na Índia, no futuro, dependerá muito do que acontece nos grandes estados do norte, onde os níveis de analfabetismo são muito mais elevados. O estado de Uttar Pradesh, por exemplo, com 150 milhões de pessoas (o equivalente ao sexto país mais populoso do mundo) e uma TFR de cinco filhos por mulher, se destaca como um grande desafio.

Este século provavelmente será lembrado pelo seu tremendo surto de crescimento populacional. No próximo século, provavelmente ocorrerão mudanças sociais e demográficas que superarão tudo o que aconteceu nos últimos 100 anos.

O equilíbrio da população mundial penderá, de maneira significativa, na direção dos atuais países em desenvolvimento. Talvez menos de 5 por cento da população mundial estará vivendo na Europa e na América do Norte. Isso quase certamente significará um mundo que, social e economicamente, será muito diferente do mundo atual.

Ultimamente tem havido uma tendência a considerar o crescimento populacional como uma preocupação do passado, ou como uma notícia de ontem. Mas mesmo se olharmos de maneira superficial para os números, veremos que o crescimento populacional pode significar uma notícia mais importante no próximo século do que no atual.

Carl Haub é o demógrafo sênior do Escritório de Referência Populacional [Population Reference Bureau], uma organização não-governamental, e co-autor do relatório anual da organização, "World Population Data Sheet." [Relatório Anual de População Mundial]. As conclusões do relatório de 1998 podem ser encontradas na Internet, no seguinte endereço: "<http://www.prb.org/prb/info/98wpds.htm>".

ENFRENTANDO O DESAFIO DO CAIRO

Elizabeth Maguire

Diretora do Escritório de População

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional [USAID]

Em 1994, os Estados Unidos participaram, com quase 180 outros países, da Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento [International Conference on Population and Development] (ICPD) no Cairo. Apesar da complexidade das questões com as quais se depararam, os participantes conseguiram chegar a um consenso inédito sobre um Programa de Ação de 20 anos, cujo objetivo é conseguir a igualdade entre os gêneros, a melhoria da saúde, no que se refere à reprodução, e a estabilização da população, assim como uma grande variedade de objetivos de desenvolvimento sustentável.

Algumas das principais recomendações adotadas no Cairo foram aquelas que defendem o acesso universal ao planejamento familiar integrado e aos serviços de saúde no que se refere à reprodução, e medidas específicas para a melhoria da situação econômica, educacional, e de saúde das mulheres. O Programa de Ação também enfatizava a necessidade de cooperação entre doadores, governos, e todos os elementos da sociedade civil no atingimento dos objetivos do Cairo.

Trabalhando em conjunto com outros órgãos do governo, sob a liderança do Departamento de Estado, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional [U.S. Agency for International Development] (USAID) estava diretamente envolvida durante todo o processo do Cairo e endossou com entusiasmo, junto com outras organizações, o Programa de Ação. Na condição do maior doador bilateral em questões de população e assistência médica, a USAID teve um papel particularmente importante ao ajudar os países a implementar os principais objetivos do Cairo no tocante ao planejamento

familiar, à saúde materna, à prevenção de HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, e outros aspectos da saúde associados à reprodução.

Além disso, os programas da USAID para mulheres, no desenvolvimento, na construção da democracia, e na assistência humanitária contribuem para a agenda do Cairo, de uma maneira mais ampla.

Ajudando os Países a se Ajudarem

O papel da USAID na implementação do Programa de Ação do Cairo foi estruturado por mais de 30 anos de experiência no esforço global para ajudar os homens e as mulheres a fazer valer um direito básico – o direito de planejar o número de filhos e o intervalo entre os nascimentos dos mesmos. Por meio da liderança técnica e de inovação, e trabalhando em colaboração com parceiros institucionais dos Estados Unidos, temos nos esforçado para ajudar os países a desenvolver a sua própria capacidade para proporcionar serviços voluntários de planejamento familiar e assistência médica no que diz respeito à reprodução. As instituições dos Estados Unidos que proporcionam assistência técnica – incluindo universidades, organizações não-governamentais, empresas privadas, e outros órgãos do governo – trazem uma grande variedade de qualificações aos programas patrocinados pela USAID.

Com o envolvimento desses parceiros, a USAID tem ajudado instituições dos países-anfitriões, nos setores público e privado, a reunir todos os elementos dos programas abrangentes. A assistência da USAID tem ajudado os países a

melhorar a qualidade e a eficácia dos serviços de planejamento familiar e serviços relacionados à reprodução, a treinar profissionais da área médica e agentes da saúde da comunidade, a criar campanhas inovadoras de mídia e comunicação, a desenvolver métodos anticoncepcionais novos e aperfeiçoados para evitar a ocorrência de casos de gravidez indesejada e proteger contra doenças sexualmente transmissíveis, a administrar sistemas de suprimento e distribuição de anticoncepcionais e outros produtos da área de saúde, e executar pesquisa e coleta de dados necessários para a tomada de decisões conscientes.

A USAID proporciona assistência em questões de população e saúde somente a pedido dos governos anfitriões e procura ser flexível e sensível às necessidades dos países. Os países com os quais trabalhamos apresentam grande diversidade cultural e são espalhados geograficamente em toda a América Latina, África Sub-Saariana, Ásia, e Europa Oriental e Central – mais de 60 países.

Muitos países progrediram muito desde o início da nossa assistência. O México, a Colômbia, o Egito, o Marrocos, a Tunísia, a Indonésia, Bangladesh e o Quênia estão entre os países nos quais os casais aumentaram dramaticamente o uso de métodos anticoncepcionais, e onde tem havido melhorias significativas nas taxas de sobrevivência materna, de bebês e crianças. Em âmbito mundial, o número médio de filhos por família diminuiu de mais de seis para menos de quatro nos países assistidos pela USAID. Somente no ano passado, estimamos que os programas da USAID contribuíram diretamente para que houvesse um aumento no número de novos usuários de planejamento familiar, da ordem de 12 milhões, e para que fossem salvas as vidas de milhões de crianças por meio de imunização, terapia de reidratação oral, e outras intervenções. O resultado de termos ajudado os casais a planejar os nascimentos dos seus filhos é que as famílias, agora, além de serem menores, são mais saudáveis, e as vidas de milhões de mulheres e crianças foram salvas.

Colocando o Cairo em Funcionamento

A conferência do Cairo reafirmou enfaticamente o compromisso da USAID com os programas nos quais as necessidades dos clientes têm prioridade, e

nos quais a escolha consciente e a qualidade do atendimento são os princípios básicos. Embora a USAID já estivesse trabalhando em muitos aspectos da agenda do Cairo muito antes de 1994, os esforços em várias áreas da saúde no que diz respeito à reprodução têm sido redobrados desde então. Esses esforços incluem a ajuda aos países para que eles expandam a opção de métodos anticoncepcionais, implementem programas para assegurar partos seguros e promover a saúde e a nutrição materna, e desenvolvam novas abordagens para prevenir e administrar o HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Na maioria dos países existe uma integração crescente no planejamento e prestação de serviços de saúde referentes à reprodução. Desde o exercício de 1994 até 1998, a USAID terá destinado mais de 3 bilhões de dólares a programas, em nível nacional, na área de população e saúde reprodutiva, definidos e orçados no Programa de Ação do Cairo.

O papel de liderança da USAID em resposta ao Cairo se reflete em vários projetos e iniciativas individuais e especiais. Eis alguns deles:

- Dando continuidade a um trabalho executado durante anos antes do Cairo, no treinamento de mulheres para gerenciar programas de planejamento familiar, a USAID tem ajudado os países a envolver as lideranças femininas e a trabalhar com grupos e organizações de mulheres para expandir a disponibilidade de informações e serviços relacionados com a saúde reprodutiva. Na Turquia, por exemplo, com o apoio da USAID, uma rede de mulheres foi formada; essa rede, recentemente fez uma bem sucedida campanha junto às lideranças políticas, para conseguir um aumento das verbas para o planejamento familiar. Em outros países, incluindo o Nepal, a Nigéria, o Peru, e a Jordânia, a USAID está apoiando programas que integram a saúde reprodutiva com outras iniciativas para fortalecer a educação das mulheres e a sua participação na política.

- A preocupação, cada vez maior, com a continuidade das altas taxas de mortalidade associadas à gravidez nos levou a redobrar nossos esforços no que diz respeito à saúde e à nutrição materna. O planejamento familiar, pelo fato de

contribuir com o espaçamento entre os nascimentos, e com a redução no número de abortos, é vital para a saúde materna. Ao mesmo tempo, os programas da USAID estão dedicando uma atenção cada vez maior ao atendimento obstétrico essencial e às intervenções referentes à nutrição antes e durante a gravidez, assim como os esforços da comunidade para ajudar a reconhecer complicações durante a gravidez e a encaminhar as mulheres para tratamento em tempo hábil. Iniciativas significativas nessas áreas têm ocorrido na Indonésia, na Bolívia, no Egito, e no Nepal, entre outros países.

Conforme reconhecido no Programa de Ação da ICPD, uma prioridade é a melhoria do tratamento para as mulheres que tenham sofrido complicações devido a abortos inseguros – uma causa de 75.000 mortes que poderiam ser prevenidas a cada ano. Esforços-piloto financiados pela USAID no Egito e no Quênia, no tratamento pós-aborto, estão sendo ampliados em âmbito nacional, e programas de pesquisa e treinamento estão sendo realizados em mais de 10 outros países. (As legislação e a política tradicionais proíbem o uso de verbas da USAID para financiar o aborto como método de planejamento familiar.)

- Os jovens correm riscos particularmente altos no que diz respeito à saúde reprodutiva, e no entanto, na maioria dos países, o acesso que eles têm às informações e serviços é mínimo. Quase 1 bilhão de jovens com idades entre 15 e 24 anos estão chegando à idade de procriar. Por meio de um novo projeto global, a USAID está ajudando a colher dados, analisar, e disseminar as abordagens mais inovativas referentes à programação para jovens, geralmente envolvendo a participação dos próprios jovens. Programas financiados pela USAID em países como Gana, México, Bolívia, Jamaica, Egito e Bangladesh estão tratando, cada vez mais, das necessidades especiais dessa importante faixa etária.

- A USAID iniciou um esforço inovativo no sentido de unir as atividades de saúde reprodutiva com programas comunitários para a sobrevivência de crianças, com a ajuda de organizações voluntárias privadas (PVO) baseadas nos Estados Unidos, que atuam na área de ajuda humanitária e desenvolvimento. PVO/NGO Networks for Health

[Redes de PVO/NGO para a Saúde], um projeto de cinco anos e 51 milhões de dólares, será executado por um consórcio global de saúde que reúne cinco das principais PVOs, incluindo: Save the Children (o principal parceiro), CARE, Childreach/Plan International, Adventist Development and Relief Agency [Agência Adventista de Desenvolvimento e Ajuda] (ADRA), e PATH.

Subjacente a todas essas iniciativas, assim como outros programas em andamento, está o apoio da USAID para pesquisa e coleta de dados. Poucos países em desenvolvimento possuem recursos para fazer as pesquisas epidemiológicas, biomédicas, ou de prestação de serviços, que são essenciais para se identificar áreas críticas de necessidade, bem como abordagens viáveis para lidar com essas necessidades. Por exemplo, a pesquisa das informações, uma das principais características dos programas da USAID no planejamento familiar durante quase três décadas, tem crescido desde 1994, de modo a incluir muitos aspectos da saúde reprodutiva e da saúde das mulheres, incluindo a saúde e a mortalidade materna, HIV/AIDS, mutilação genital feminina, e violência doméstica.

As pesquisas qualitativas, nas quais as mulheres são entrevistadas individualmente ou em grupos de estudos, têm ajudado os administradores dos programas a compreender melhor as perspectivas das mulheres nas suas necessidades de planejamento familiar e saúde reprodutiva, e os obstáculos que as mulheres freqüentemente precisam superar para usar os serviços.

A pesquisa e o desenvolvimento na área de métodos anticoncepcionais, que anteriormente havia resultado em pílulas e dispositivos intra-uterinos (DIUs) novos e aperfeiçoados, se tornou mais abrangente no período que antecedeu o Cairo, assim como após a conferência, incluindo métodos representados por barreiras controladas pela mulher, que oferecem proteção contra infecções sexualmente transmissíveis (STIs), como os microbicidas e no novo preservativo feminino. A USAID também ajudou a desenvolver métodos mais baratos e mais precisos de diagnose para HIV/AIDS e outras STIs, assim como as inovativas seringas e agulhas descartáveis, para prevenir a transmissão de HIV por meio de injeções.

Além dos programas de população e saúde da USAID, esse órgão governamental adotou um Plano de Ação Para os Gêneros, e desenvolveu outros programas, abrangendo todos os setores, com o objetivo de melhorar a situação social, econômica, política e educacional das mulheres. Em 1995, a USAID deu início a uma iniciativa abrangente para a educação de meninas e mulheres [Girls' and Women's Education Initiative] em 12 países, para apoiar a defesa de idéias sobre a educação das meninas e ajudar os países a superar as barreiras à participação das meninas nas escolas.

Desafios e Oportunidades no Futuro

Ao nos aproximarmos do fim do período de cinco anos após a conferência do Cairo, devemos não apenas avaliar o progresso que a comunidade global fez no sentido de atingir os seus objetivos, mas também avaliar os desafios que nos esperam. Os objetivos contidos no Programa de Ação são ambiciosos, e ainda há perguntas críticas sem resposta: Como podemos nos manter em dia com as necessidades não atendidas, enormes e crescentes, no que se refere aos serviços de planejamento familiar e à saúde reprodutiva? Como podemos mobilizar os recursos financeiros e humanos necessários para manter o ritmo do trabalho? Como podemos ampliar os esforços-piloto bem sucedidos para atender a quantidades maiores de pessoas?

É claro que as respostas a essas perguntas não são simples, e a USAID está trabalhando em conjunto com os países não apenas para encontrar novos recursos mas para ajudar a planejar melhor e a estabelecer prioridades com os recursos existentes. O aproveitamento do potencial do setor comercial privado é um importante objetivo a ser atingido em alguns países. Outros ainda contarão com verbas de doadores até quando se pode prever, e a USAID está trabalhando em estreita cooperação com outros doadores para maximizar a eficácia da assistência em termos de população e saúde.

Nas áreas em que o Cairo apresentou alguns desafios particularmente difíceis, a USAID tem conseguido sucesso ao tomar as primeiras providências, mas mesmo assim nós sabemos que ainda temos um longo caminho a percorrer. Essas áreas incluem o trato com barreiras sociais e

culturais ao progresso das mulheres e as questões especiais referentes à violência contra as mulheres; encontrar maneiras de envolver os homens com a sua própria saúde reprodutiva e com o apoio ao uso, pelas mulheres, dos serviços de planejamento familiar e outros serviços de saúde reprodutiva; e identificar abordagens que dêem certo com os jovens, que são particularmente difíceis de atingir pela maioria dos programas de saúde convencionais, baseados em clínicas.

O Cairo também realçou a necessidade de integrar os esforços referentes à população, ao meio ambiente, e à eliminação da pobreza. Criamos programas-piloto, mas ainda temos que aprender muito a respeito de abordagens viáveis e eficazes, especialmente quando se trata de ajudar as comunidades a unir as iniciativas referentes à saúde reprodutiva e ao meio ambiente, no nível popular.

Apesar desses desafios, existem motivos para otimismo. O consenso do Cairo contribuiu para que houvesse uma percepção muito maior das questões referentes à população e à saúde reprodutiva, no mundo inteiro, deixando um legado duradouro. A energia e os recursos para transformar os objetivos do Cairo em realidade não emanará apenas dos governos e sim das pessoas e das organizações em todos os lugares que se inspiraram nesses objetivos. Ao mesmo tempo, ficou comprovado que a liderança técnica e as verbas fornecidas pela USAID por outros parceiros de implementação baseados nos Estados Unidos são únicas e indispensáveis.

NECESSIDADE NÃO ATENDIDA DE PLANEJAMENTO FAMILIAR

Relatório preparado pelo Centro de População, Saúde e Nutrição [Center for Population, Health and Nutrition] da Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional (USAID)

Muitos casais nos países em desenvolvimento não têm meios de exercer um direito básico que é assegurado à maioria dos americanos: o direito de escolher o número de filhos que terão e o tempo decorrido entre os nascimentos dos filhos.

Embora os serviços de planejamento familiar estejam disponíveis em uma escala nunca antes vista, mais de 120 milhões de mulheres nos países em desenvolvimento ainda querem aumentar o tempo decorrido entre os nascimentos dos filhos, ou limitar o número de filhos, mas não possuem acesso a métodos anticoncepcionais, e o número de casais em idade de procriar deverá aumentar em pelo menos 20 milhões a cada ano.

Nos países em desenvolvimento, o acesso limitado ao planejamento familiar resulta em um grande número de casos de gravidez indesejada, milhões de abortos inseguros, e na morte de milhares de mães. Aproximadamente 585.000 mulheres morrem por motivos relacionados à gravidez a cada ano – mais de uma mulher a cada minuto do dia.

O acesso limitado ao planejamento familiar é também uma das principais razões da morte de crianças nos países em desenvolvimento. As crianças que nascem em famílias numerosas têm maior probabilidade de morrer antes de completar cinco anos de idade do que os filhos das famílias menores. Isso é particularmente verdadeiro quando os nascimentos ocorrem com pequenos intervalos. Quando há intervalos de pelo menos dois anos entre os nascimentos, o planejamento familiar pode

impedir, em média, uma entre quatro mortes de crianças.

Cuidar das necessidades não-atendidas entre os adolescentes é particularmente importante. O planejamento familiar e outros programas de saúde reprodutiva freqüentemente não conseguem atingir os jovens, e no entanto o risco de se morrer devido a causas relacionadas com a gravidez é duas vezes maior para as mulheres de 15 a 19 anos do que para as mulheres de 20 a 24 anos.

Fatos e Números

Nos países em desenvolvimento como um todo, com exceção da China, aproximadamente 20 por cento das mulheres casadas em idade de procriar têm uma necessidade não-atendida de planejamento familiar. Existe uma grande variedade na porcentagem entre as regiões e países. O nível de necessidade não-atendida é mais alto na África Sub-Saariana, onde em muitos países uma mulher casada em cada três tem uma necessidade não-atendida. Devido à grande população da Ásia, no entanto, o maior número, de longe, de mulheres com necessidades não-atendidas vive nessa região.

A Índia tem a maior necessidade não-atendida de planejamento familiar; essa situação abrange aproximadamente 31 milhões de mulheres. Outros países onde uma grande quantidade de mulheres tem necessidades não-atendidas são: Paquistão (5,7 milhões), Bangladesh (4,4 milhões) Nigéria (3,9 milhões), e México (3,1 milhões).

Tendo como base os dados mais recentes, a demanda de planejamento familiar (mulheres casadas que querem espaçar ou limitar o número de filhos) é: 62 por cento em Gana, e no entanto

somente 9 por cento dos casais usam métodos anticoncepcionais modernos; 75 por cento na Bolívia, e no entanto somente 12 por cento usam métodos modernos; 57 por cento na Guatemala, e no entanto somente 18 por cento usam métodos modernos; e 69 por cento nas Filipinas, e no entanto somente 15 por cento usam métodos modernos.

Somente para manter os níveis atuais de uso de anticoncepcionais modernos, o número de usuários teria que crescer em 50 por cento em Bangladesh (um aumento de 5 milhões sobre o número atual de usuários, que é de 11 milhões), e em aproximadamente 25 por cento na Indonésia (um aumento de 7 milhões sobre o atual número de usuários, que é de 30 milhões), no decorrer dos próximos 15 anos.

USAID: Proporcionando Liderança Técnica, Salvando Vidas

Por mais de 30 anos, os Estados Unidos têm desempenhado uma função essencial no esforço global para lidar com a enorme necessidade não-atendida de informações e serviços de planejamento familiar. Além do fato de que o país tem sido um grande doador na área de assistência populacional, a USAID continua na liderança técnica quando se trata de criar e prestar serviços voluntários de planejamento familiar, economicamente viáveis e de alta qualidade, aos países em desenvolvimento.

- Os experientes técnicos da USAID trabalham em conjunto com parceiros dos Estados Unidos e do país-anfitrião para criar programas de planejamento familiar e de saúde reprodutiva baseados nas necessidades dos clientes – enfatizando a escolha entre uma grande variedade de métodos anticoncepcionais, e qualidade no atendimento e no aconselhamento. Esses programas se integram cada vez mais a outros esforços comunitários que têm como objetivo a melhoria da saúde das mães e das crianças, a prevenção de HIV/AIDS, e a melhoria do status da mulher – incluindo cursos de alfabetização e empréstimos para microempresa.
- A USAID tem estado na linha de frente no que se refere ao treinamento de médicos e outros profissionais da área médica, nas atividades de

planejamento familiar e saúde reprodutiva, assim como os agentes de saúde da comunidade – um elemento importante quanto se trata de chegar às comunidades rurais de difícil acesso. Esses programas treinaram mais de meio milhão de prestadores de serviços no mundo inteiro nas duas últimas décadas, ajudando a melhorar tanto ao acesso a, quando a qualidade dos serviços e das informações.

- As campanhas inovadoras de meios de comunicação de massa e de informação ao público, patrocinadas pela USAID, ajudaram a redobrar os esforços para prevenir os casos de gravidez indesejada, promover o nascimento de crianças saudáveis, e diminuir o ritmo de transmissão de HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis.
- A USAID administra um sistema mundial de distribuição de anticoncepcionais. Muitos países e doadores contam com o sistema de programação de suprimento de anticoncepcionais, cujo objetivo é assegurar a disponibilidade e a escolha de anticoncepcionais o ano inteiro.
- A USAID apóia pesquisas pioneiras que resultam em estratégias aperfeiçoadas para proporcionar serviços de planejamento familiar, além de outros serviços de saúde, assegurando que os programas reflitam as necessidades locais e que sejam economicamente viáveis.
- A USAID é o maior doador no desenvolvimento de anticoncepcionais seguros e eficazes, ajudando a aumentar o número de opções de anticoncepcionais para os cidadãos dos países em desenvolvimento, assim como para os americanos.

Como resultado direto desses e de outros esforços da USAID, mais de 50 milhões de casais nos países em desenvolvimento utilizam o planejamento familiar. Nos 28 países com os maiores programas de planejamento familiar patrocinados pela USAID, o número médio de filhos por família diminuiu em um terço, de mais de seis na década de sessenta para aproximadamente quatro. Essas famílias têm melhores condições de alimentar, vestir, educar e proporcionar assistência médica para os seus filhos.

Centenas de milhares de mulheres e crianças estão vivas hoje por causa da assistência da USAID no planejamento familiar. Esses programas fazem parte dos esforços mais amplos da USAID no sentido de promover a estabilização da população, o desenvolvimento econômico, e a paz e a estabilidade em nível global.

UMA OPINIÃO DO CONGRESSO:

AQUELES QUE AINDA NÃO NASCERAM PRECISAM SER PROTEGIDOS

Deputado Christopher H. Smith, dos Estados Unidos

Embora o presidente e a sua administração definam a política do governo dos Estados Unidos, o Congresso, com o seu controle do orçamento e do custeio dos programas, tem um forte impacto sobre as ações dos Estados Unidos. A opinião do Congresso deve ser levada em consideração para que se possa compreender a política dos Estados Unidos. Muitos membros do Congresso têm opiniões muito fortes sobre as questões referentes à população. O artigo que se segue demonstra uma perspectiva.

As leis e políticas pró-vida de quase 100 países estão sendo ameaçadas e as forças que impulsionam essa ofensiva global pró-aborto são as organizações não-governamentais patrocinadas pelo governo dos Estados Unidos. [A política da Cidade do México] só permite o envio de verbas para as organizações que se comprometerem a proporcionar apenas serviços de planejamento familiar, e não aborto. As crianças inocentes não correm risco.

Muitos grupos usam o planejamento familiar como o cavalo de Tróia que oculta as suas verdadeiras intenções – promover a prática do aborto, sempre que isso for solicitado.

A Planned Parenthood não está deixando pedra sobre pedra na sua campanha distorcida, obsessiva, para legalizar o aborto quando solicitado no mundo inteiro. Se essa organização lograr o seu intento, milhões de bebês morrerão, vítimas da violência do aborto solicitado. O aborto é uma violência contra as crianças. Ele reduz seus corpos frágeis a fragmentos e os envenena com produtos químicos tóxicos. O aborto é um abuso contra as crianças.

O uso do planejamento familiar é um disfarce – o uso do planejamento familiar como um cavalo de Tróia para a liberalização da legislação sobre o aborto – se tornou lugar-comum, e precisamos impedir que isso aconteça. Não devemos tomar parte no esforço de dar munição à indústria do aborto para que ela vença a sua guerra contra os que ainda não nasceram.

Press release de 4 de setembro de 1997

Nos últimos três anos, a Câmara votou 10 vezes a favor da política da Cidade do México, pró-vida, que proíbe os Estados Unidos de prestar assistência populacional a organizações estrangeiras que fazem abortos, que não observam as leis de outros países sobre o aborto, ou que se envolvem em atividades com o objetivo de mudar essas leis. A política da Cidade do México foi observada durante os governos Reagan e Bush. Ela não reduziu as verbas destinadas ao planejamento familiar em nenhum centavo. Muito pelo contrário, ela protegeu os verdadeiros programas de planejamento familiar, levantando um muro de separação entre o planejamento familiar e o aborto. O presidente Clinton repeliu essa política. Felizmente, nós, da Câmara, nos manifestamos muitas vezes, dizendo que esse muro de separação deve ser erigido novamente.

Acreditamos que ele protegerá algumas crianças que ainda não nasceram, proibindo uma forma particularmente feia de imperialismo cultural, na qual os contribuintes americanos patrocinam entidades que estão diretamente envolvidas com o ato de forçar nações menores a rejeitar as tradições e os valores morais do seu povo.

Alguns dos maiores destinatários das verbas internacionais para o controle de população em nível internacional estão diretamente envolvidos com os esforços para derrubar as leis pró-vida em

países no mundo inteiro. Isso acontece porque as leis existentes somente exigem que a organização mantenha registros que provem que ela não usou o nosso dinheiro para pagar, de fato, os abortos, ou a pressão política pró-aborto. Essa artimanha contábil não leva em consideração o fato de que o dinheiro é fungível. Quando subvencionamos uma organização, nós inevitavelmente enriquecemos e contribuímos para o aumento do poder de todas as atividades dessa organização.

A política da Cidade do México reconhece que o dinheiro é fungível. Cada milhão de dólares do contribuinte americano que vai parar nas mãos de um prestador de serviços de aborto libera outro milhão para pagar abortos e mais pressão política pró-aborto.

...temos sido líderes no planejamento familiar nos últimos 30 anos. Isso não foi menos verdadeiro durante os governos Reagan e Bush quando a política da Cidade do México estava em vigor. Nós proporcionamos 40 por cento – 40 por cento de toda a ajuda ao controle populacional durante os governos Reagan e Bush. Isso é um fato, isso não é uma opinião, com a política da Cidade do México em plena vigência.

Quando parlamentares dizem que estamos criando obstáculos para o planejamento familiar, eles estão faltando com a verdade. Verbas foram liberadas; as pessoas tiveram a oportunidade de pegar o dinheiro e distribuir preservativos e fazer todos os tipos de planejamento familiar, mas foi estabelecido um limite entre o abuso de crianças, a matança de crianças ainda não nascidas, a promoção da violência contra as crianças, e os meios preventivos.

O governo diz que a finalidade do nosso programa de planejamento familiar é evitar abortos. Se quiséssemos prevenir o alcoolismo, nós contrataríamos as indústrias de bebidas alcoólicas para fazer isso para nós? Se quiséssemos acabar com o jogo, nós faríamos isso dando subvenções para os donos dos cassinos? Se quiséssemos gastar centenas de milhões de dólares em uma campanha internacional antidroga, nós daríamos o dinheiro às organizações que usam o seu próprio dinheiro para exercer pressão política para a legalização das drogas? É obvio que não. Se o Congresso apoiar a

posição segundo a qual deve haver um muro de separação entre a pressão política pró-aborto e os programas de planejamento familiar dos Estados Unidos, nós podemos salvar vidas inocentes. Essa é a questão. Nada pode ser mais importante.

Acho que temos uma obrigação moral de dizer: se vamos dar milhões de dólares a grupos que se apresentam como grupos de planejamento familiar, vamos dizer a verdade nessa apresentação, nessa publicidade. Vamos separar o aborto desse processo, porque o aborto acaba com uma vida, a vida de uma criança – aborto não é planejamento familiar.

Comentários feitos durante um debate na Câmara dos Deputados, em 26 de março de 1998.

O congressista Smith, republicano, de New Jersey, é o presidente da Subcomissão de Operações Internacionais e Direitos Humanos, da Comissão de Relações Internacionais da Câmara

UMA OPINIÃO DO CONGRESSO:

O ACESSO AO PLANEJAMENTO FAMILIAR É IMPORTANTE

Deputada Nancy Pelosi, dos Estados Unidos

Embora o presidente e a sua administração definam a política do governo dos Estados Unidos, o Congresso, com o seu controle do orçamento e do custeio dos programas, tem um forte impacto sobre as ações dos Estados Unidos. A opinião do Congresso deve ser levada em consideração para que se possa compreender a política dos Estados Unidos. Muitos membros do Congresso têm opiniões muito fortes sobre as questões referentes à população. O artigo que se segue demonstra uma perspectiva.

O financiamento para o planejamento familiar em nível internacional é um importante componente do programa de ajuda externa dos Estados Unidos. Os Estados Unidos gastam menos de 1 por cento do orçamento federal em ajuda externa. A assistência ao planejamento familiar é uma parte muito pequena dessa porcentagem. O dinheiro gasto com o planejamento familiar em nível internacional é um investimento sólido. Ele não apenas é eficaz por seus próprios méritos, como também serve para alavancar os investimentos em planejamento familiar, feitos por outros países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Três quartos de todas as verbas internacionais de planejamento familiar se originam dos próprios países em desenvolvimento e dos seus consumidores.

O acesso ao planejamento familiar ajuda as pessoas a constituírem famílias mais saudáveis, dá maior poder às mulheres, amplia as oportunidades econômicas das mulheres e, por estabilizar o crescimento populacional, melhora o meio ambiente no mundo inteiro. O apoio proporcionado pelos Estados Unidos aos programas internacionais de planejamento familiar enfatiza o planejamento familiar voluntário como parte de uma abordagem integrada para a questão de população e desenvolvimento, que inclui atividades complementares para promover a saúde, o status das mulheres, a sobrevivência das crianças, e famílias mais fortes. Mais de 50 milhões de casas nos países em desenvolvimento usam planejamento familiar como resultado direto do programa de

população da Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional [U.S. Agency for International Development] (USAID). O apoio da USAID nas atividades de assistência técnica, treinamento, e pesquisa, facilitou a adoção de medidas de planejamento familiar.

Atualmente existem quase 5,9 bilhões de pessoas no mundo. A cada ano esse número aumenta em cerca de 80 milhões de pessoas. As projeções de população da ONU para meados do próximo século variam de 8 a 12 bilhões de pessoas. Esses níveis de crescimento dão margem a sérias questões sobre a capacidade que os recursos do mundo têm para sustentar uma população humana tão numerosa.

Sabemos que o planejamento familiar funciona. De acordo com a USAID, nos países que receberam verbas para o planejamento familiar, o tamanho médio das famílias diminuiu de seis para quatro filhos. Para cada dólar gasto em planejamento familiar, os governos ganham até 16 dólares referentes à assistência médica, educação, e serviços sociais. O acesso ao planejamento familiar dá aos indivíduos a oportunidade de tomar decisões conscientes a respeito de procriação, saúde e bem-estar econômico.

É pena que a maioria do 104.º e 105.º Congresso tenha desfechado um ataque conjunto contra o apoio dos Estados Unidos ao planejamento familiar em nível internacional, reduzindo as subvenções necessárias e penalizando o programa com

onerosas restrições. No Congresso dos Estados Unidos, o planejamento familiar em nível internacional, devido a um grande erro e à distorção dos fatos, acabou sendo o palco de uma disputa sobre o aborto. Esta tendência é, ao mesmo tempo, irônica e prejudicial, pois o acesso ao planejamento familiar reduz o número de casos de gravidez indesejada, e portanto, reduz o número de abortos.

Todos nós queremos reduzir o número de abortos. Os fatos indicam que, em todas as regiões do mundo, o aumento no uso de anticoncepcionais, pelo fato de reduzir o número de casos de gravidez indesejada, tem um importante papel na redução do número de abortos. Essa tendência tem sido documentada em países como a Rússia, as Repúblicas da Ásia Central, o México e a Colômbia. Na Rússia, um aumento de apenas 5 por cento no uso de anticoncepcionais no decorrer de quatro anos resultou em uma diminuição de 30 por cento no índice anual de abortos.

É importante observar que, atualmente, nos Estados Unidos, a lei proíbe o uso de quaisquer verbas de ajuda externa para abortos ou para motivar qualquer pessoa a tentar fazer um aborto. A Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional vem seguindo essa política desde 1973 e tem procedimentos rigorosos para assegurar o seu cumprimento. Os Estados Unidos apenas proporcionam apoio ao planejamento familiar onde ele é desejado e necessário e somente em conformidade com as leis do país no qual o programa está baseado.

A mais recente controvérsia no Congresso, a respeito do planejamento familiar em nível internacional foi a ligação, estabelecida pela maioria republicana, entre o planejamento familiar internacional e questões que não têm nenhuma relação com essa atividade – verbas dos Estados Unidos para contribuições em atraso para a ONU e verbas dos Estados Unidos para o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa estratégia determina uma visão distorcida das restrições conhecidas como “da Cidade do México” a respeito do planejamento familiar internacional como condição para a liberação dos fundos necessários para essas organizações internacionais. Eu acredito que a proposta imporia um “norma de mordaza” mundial

sobre as organizações de planejamento familiar, determinando os materiais a serem distribuídos por elas e proibindo-as de participar de debates públicos com as suas próprias verbas privadas. Eu me oponho a esses esforços. A norma de mordaza “Cidade do México” seria uma violação da Primeira Emenda da Constituição se fosse implementada neste país e aumentaria o número de abortos, pois reduziria o acesso das pessoas, no mundo inteiro, aos serviços de planejamento familiar.

Enquanto o Congresso está discutindo sobre as verbas para o planejamento familiar internacional, mulheres, crianças, e famílias no mundo inteiro estão sofrendo as conseqüências do acesso reduzido e/ou restrito aos serviços de planejamento familiar. Em 1997, três organizações respeitadas, de assistência ao desenvolvimento, do setor privado, -- CARE, Save the Children, e World Vision – escreveram a todos os membros do Congresso para demonstrar sua preocupação com a demora e as restrições à prestação de serviços abrangentes de serviços familiares nas comunidades pobres no mundo inteiro. Na carta, elas declararam que “cortes nos programas de planejamento familiar comprometem o resto dos esforços dos Estados Unidos para promover a sobrevivência das crianças;” que “quase 600.000 mulheres morrem todos os anos por motivos relacionados com a gravidez, deixando centenas de milhares de crianças órfãs... outros 18 milhões de mulheres sofrem complicações de saúde, associadas às funções reprodutivas, a longo prazo, que são extremamente dolorosas e freqüentemente resultam em deficiências permanentes. O planejamento familiar é uma maneira economicamente viável de ajudar as mulheres a terem filhos saudáveis;” e que “em muitos países, o simples fato de prolongar o intervalo entre os nascimentos dos filhos poderia prevenir uma em cada cinco mortes de crianças.”

Os cortes e/ou restrições às verbas destinadas ao planejamento familiar internacional são ações que demonstram falta de visão e idéias distorcidas; essas ações têm conseqüências devastadoras sobre a saúde e o bem-estar das mulheres e crianças nos países em desenvolvimento. De acordo com a UNICEF, se a demanda existente de serviços de planejamento familiar fosse atendida, o número de casos de gravidez nos países em desenvolvimento seria reduzido em um quinto e as mortes e lesões

sofridas pelas mães seriam reduzidas na mesma medida ou mais. O planejamento familiar pode prevenir 25 por cento de todas as mortes de mães, dando às mães a oportunidade de adiar a maternidade, de evitar casos de gravidez indesejada e abortos inseguros, e de se proteger contra as doenças sexualmente transmissíveis. As mortes de crianças seriam reduzidas em 25 por cento nos países em desenvolvimento se todas as crianças nascessem a intervalos de dois anos. As crianças que nascem a intervalos de menos de dois anos têm duas vezes mais probabilidades de morrer do que as nascidas a intervalos de pelo menos dois anos.

O excesso de população exacerba a pobreza, a subnutrição, a concentração de pessoas nas grandes cidades, a degradação do meio ambiente, e a exaustão dos recursos do planeta. Como líder do Partido Democrata, na Subcomissão de Orçamento Para Operações no Exterior, da Câmara dos Deputados, que financia programas de ajuda externa dos Estados Unidos, eu continuarei a lutar por verbas suficientes para o planejamento familiar internacional – e pelas vidas das mulheres, crianças e famílias no mundo inteiro.

A Deputada Pelosi, da Califórnia é líder do Partido Democrata na Subcomissão de Orçamento da Câmara dos Deputados Para Operações no Exterior e Financiamento de Exportações.

RELATÓRIOS E DOCUMENTOS



FATOS E NÚMEROS: A POLÍTICA INTERNACIONAL DOS EUA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO

Relatório distribuído pelo Escritório de População, Refugiados e Migração, Departamento de Estado, Agosto de 1998

Atualmente a população do mundo chega quase a 6 bilhões de pessoas, e aproximadamente 80 milhões de pessoas (mais ou menos o tamanho da Alemanha) são acrescentadas ao planeta a cada ano. No que diz respeito ao crescimento populacional, o mundo se encontra em um ponto crítico: embora as taxas de natalidade tenham caído na maioria das regiões, há mais jovens do que em qualquer época anterior, prestes a chegar à idade de procriar.

O governo Clinton apóia uma abordagem abrangente no que diz respeito à estabilização da população e a ajudar a garantir que os casais possam decidir, com liberdade e responsabilidade, o número de filhos que terão e os intervalos entre os nascimentos dos seus filhos. Essa abordagem inclui o apoio ao planejamento familiar voluntário e a assistência médica relacionada, para reduzir o número de mortes de crianças e mães; a prevenção da disseminação de HIV/AIDS; a melhoria do status social, econômico, e político das mulheres; e a melhoria nas oportunidades educacionais para meninos e meninas.

A política do governo no que se refere à população é um elemento crítico para a nossa abordagem abrangente quanto ao desenvolvimento sustentável, que integra objetivos referentes à população com aqueles referentes à proteção do meio ambiente, à construção da democracia, e ao estímulo ao crescimento econômico de base ampla.

Política Internacional Quanto à População

Entre 120 e 150 milhões de casais no mundo inteiro querem, mas não têm acesso a serviços voluntários de planejamento familiar de boa qualidade, e um número ainda maior não dispõe de serviços relacionados à saúde reprodutiva. Ajudar os casais e os indivíduos a determinar com liberdade e responsabilidade o número e o espaçamento dos seus filhos e a tratar das necessidades de saúde relacionadas à reprodução são os objetivos primordiais da nossa política internacional quanto à população.

As nossas políticas de população e desenvolvimento também enfatizam a redução da mortalidade infantil e materna; a prevenção da disseminação de infecções sexualmente transmissíveis (STIs) com ênfase em HIV/AIDS; a melhoria do status econômico, social e político das mulheres; a redução dos hiatos entre os meninos e

as meninas no campo da educação; a melhoria das responsabilidades dos homens no tocante à saúde reprodutiva e à criação dos filhos; e a redução do consumo que resulte no desperdício de recursos.

A política internacional dos Estados Unidos quanto à população se reflete no Programa de Ação que foi aceito por 180 nações na Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento [International Conference on Population and Development] (ICPD) (Web site: <http://www.unfpa.org/ICPD/ICPD.htm>) realizada no Cairo em 1994. Um princípio básico acordado na ICPD foi que a implementação desses programas é direito soberano de cada país, em conformidade com as leis nacionais e as prioridades de desenvolvimento, com todo o respeito pelos valores religiosos e éticos e pelas origens culturais dos seus povos, e de acordo com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos.

Um futuro evento internacional proporcionará uma oportunidade para que os líderes mundiais revejam e avaliem a implementação do Programa de Ação que se originou da ICPD de 1994. Uma reunião, na qual o governo da Holanda terá a função de anfitrião, será realizada em Haia, de 8 a 12 de fevereiro de 1999. Durante essa reunião, o progresso será avaliado e as restrições serão determinadas, para que seja possível implementar o Programa de Ação de forma mais completa, e determinar as principais possibilidades futuras dos objetivos da ICPD. Um número de países estimados em 180, assim como parlamentares, organizações internacionais, a mídia, e os representantes de organizações não-governamentais, estarão presentes. A Reunião de Haia será seguida de um sessão especial, de três dias de duração, da Assembléia Geral, da ONU em junho.

Programas Internacionais de População

O Departamento de Estado proporciona coordenação e liderança de política, no que diz respeito às políticas internacionais de população, em estreita colaboração com a Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional [U.S. Agency for International Development] (USAID) (<http://www.info.usaid.gov>) e outros órgãos do governo dos Estados Unidos. A USAID

é o principal órgão de implementação responsável pela ajuda aos países em desenvolvimento com programas abrangentes de população e desenvolvimento, incluindo programas de planejamento familiar, programas relacionados à saúde reprodutiva, à segurança da maternidade, e outros programas referentes à saúde das mulheres, à sobrevivência das crianças e à educação básica. Nenhuma subvenção dos Estados Unidos é usada para pagar abortos como método de planejamento familiar, e nem para exercer pressão política contra ou a favor do aborto.

Os Estados Unidos cooperam com outros países doadores nas questões e programas de população. Um exemplo é a Agenda Comum Estados Unidos-Japão [U.S.-Japan Common Agenda], que tem sido observada desde 1993, cujo enfoque é concentrado em iniciativas referentes à população, HIV/AIDS, e à saúde das crianças. Os objetivos desse trabalho de cooperação são: maximizar o impacto da assistência à população e à saúde de cada país; aumentar a capacidade técnica de proporcionar assistência; aumentar as oportunidades de compartilhar as lições aprendidas; e fortalecer as relações entre os Estados Unidos e o Japão por meio de consultas mais freqüentes e cooperação no nível mundial e de missão. Por meio dessa iniciativa, a assistência bilateral do Japão para questões de população e saúde, de 1993 a 2000, chegará a aproximadamente 3 bilhões de dólares. Outros doadores, como a Alemanha, o Reino Unido, a Holanda, e a Comissão Européia (EC) também aumentaram de forma significativa as suas subvenções para assistência populacional.

Os Estados Unidos também trabalham por meio de organizações multilaterais como o Fundo de População das Nações Unidas [United Nations Population Fund] (UNFPA) (<http://www.unfpa.org>), o Fundo das Nações Unidas Para Crianças [United Nations Children's Fund] (UNICEF) (<http://www.unicef.org>), a Organização Mundial de Saúde [World Health Organization] (WHO) (<http://www.who.org>), o Programa Conjunto das Nações Unidas Para HIV/AIDS [Joint United Nations Program on HIV/AIDS] (UNAIDS) (<http://www.unaids.org>), e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas [United Nations Development Program] (UNDP) (<http://www.undp.org>). O UNFPA é o

maior provedor multilateral de assistência populacional do mundo. Ele opera em 150 países, e complementa a assistência bilateral proporcionada pelos Estados Unidos e outros governos. O UNFPA presta serviços, muito necessários e desejados, de planejamento familiar voluntário, assistência médica às mães e às crianças, e prevenção de DST (doenças sexualmente transmissíveis) – incluindo HIV/AIDS.

A UNICEF tem um papel crítico no apoio aos programas de saúde para mães e crianças. O UNAIDS lidera um esforço mundial de base ampla contra o HIV/AIDS. A OMS (WHO) proporciona assistência técnica para programas de saúde reprodutiva bem como forte apoio à pesquisa na área de anticoncepcionais. Os programas da UNDP são voltados para a criação de empregos, o progresso das mulheres, a atenuação da pobreza, e a regeneração do meio ambiente. O Departamento de Estado dos Estados Unidos apóia esses esforços, pois eles são importantes no sentido de nos ajudar a implementar o Programa de Ação da ICPD.

Além de trabalhar com os países-anfitriões para ajudá-los a mobilizar maiores recursos e melhorar a eficiência com a qual eles usam tais recursos, os Estados Unidos também estão facilitando a maior cooperação entre os países em desenvolvimento para que uns possam aprender, com maior facilidade, com as experiências dos demais.

O Impacto da Assistência dos Estados Unidos

Através da assistência dos Estados Unidos e de outros doadores, alguns países já não mais precisam da assistência populacional dos Estados Unidos, como a Tailândia, a Tunísia, e Costa Rica. Houve um progresso significativo no aumento do uso do planejamento familiar, apesar dos baixos níveis de desenvolvimento econômico e social, em países como o Egito, Bangladesh, a Indonésia e o Marrocos.

Menos de 1 por cento do orçamento federal se destina às verbas para ajuda externa. E apenas aproximadamente dois centésimos de 1 por cento são destinados aos programas internacionais de planejamento familiar. Isso significa U\$ 1.44 per capita por ano – menos do que o custo de um saco de pipocas. É importante observar que os

americanos não proporcionam a maior parte da assistência para os programas de planejamento familiar nos países em desenvolvimento. A maioria desses países paga pelo menos dois terços das verbas por seus próprios meios ou recebem ajuda adicional de outras nações industrializadas. As pesquisas, sistematicamente, mostram que a maioria dos americanos tem uma posição favorável à assistência internacional para o planejamento familiar. As motivações para essa atitude são tão diversificadas quanto os próprios Estados Unidos – melhorar a saúde das mulheres e crianças, melhorar o status das mulheres, ajudar a atenuar a pobreza em nível mundial, reduzir a prática do aborto, estabilizar a população, proteger o meio ambiente em nível global, promover o desenvolvimento econômico no exterior, e defender os próprios interesses econômicos dos Estados Unidos. Por todos esses motivos, um compromisso contínuo e forte dos Estados Unidos com a assistência populacional em nível mundial é essencial.

A estabilização da população é vital para os interesses dos Estados Unidos. O progresso econômico e social em outros países pode ser comprometido pelo rápido crescimento populacional, que reduz a qualidade e a disponibilidade de serviços de saúde pública, limita as oportunidades de emprego, e contribui para a degradação do meio ambiente. Além de promover a estabilidade interna e o progresso social e econômico em outros países, a redução do ritmo do crescimento populacional no mundo também traz benefícios para o nosso país, como parte de uma estratégia a longo prazo que promove o desenvolvimento econômico no exterior, melhorando, portanto, as oportunidades comerciais para os americanos, e atenuando futuras crises globais.

FAZENDO UM MUNDO DE DIFERENÇA, UMA FAMÍLIA DE CADA VEZ

Respostas às perguntas mais freqüentes sobre os programas internacionais de planejamento familiar da USAID. Documento preparado pelo Centro de População, Saúde e Nutrição da USAID [USAID's Center for Population, Health and Nutrition].

Dezenas de milhões de casais nos países em desenvolvimento têm obtido acesso ao planejamento familiar, principalmente devido à assistência, no exterior, prestada pela Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional [U.S. Agency for International Development] (USAID).

Aqui estão as respostas às perguntas mais freqüentes sobre os programas internacionais de planejamento familiar da USAID.

P: De que forma o planejamento familiar salva vidas?

R: Nos países em desenvolvimento, milhões de mães e seus filhos morrem todos os anos devido a complicações causadas por nascimentos que são muito próximos uns dos outros ou que ocorrem quando a mulher está muito aquém ou muito além da faixa etária ideal para procriar. A cada dia que passa, mais de 31.000 crianças de menos de 5 anos de idade morrem – muitas delas por terem um peso abaixo da média ao nascerem ou por outras complicações relacionadas à gravidez. E a cada ano, mais de 585.000 mulheres morrem – pelo menos uma mulher a cada minuto de cada dia – de causas associadas à gravidez e parto; 99 por cento dessas mortes ocorrem nos países em desenvolvimento.

O planejamento familiar pode prevenir um quarto das mortes de crianças, fazendo com que os partos ocorram a intervalos de pelo menos dois anos. O planejamento familiar pode também prevenir pelo menos uma entre cada quatro mortes de mães, permitindo que as mulheres adiem a maternidade e evitem casos de

gravidez indesejada e abortos inseguros. E os programas de planejamento familiar podem prevenir a disseminação de HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST), fornecendo preservativos e outros métodos do tipo “barreira”, proporcionando aconselhamento, e em algumas situações, diagnóstico e tratamento de DST.

P: Qual é a relação entre o planejamento familiar e o meio ambiente e os interesses nacionais dos Estados Unidos?

R: Mais de 95 por cento do crescimento populacional está ocorrendo nos países em desenvolvimento, onde as pressões populacionais estão contribuindo para a devastação das florestas, escassez de água e alimentos, aquecimento global, extinção de animais selvagens, e outras questões ambientais. Esses problemas globais não conhecem fronteiras e afetam as pessoas em todos os lugares, inclusive nos Estados Unidos.

A expansão das populações também compromete os esforços dos países em desenvolvimento para que os seus cidadãos tenham acesso a uma assistência médica adequada, além de alimentação, educação, e empregos. Essas condições atrasam o desenvolvimento econômico e social – prejudicando o potencial que esses países têm de serem aliados confiáveis, bons parceiros comerciais, e mercados crescentes para as exportações dos Estados Unidos. Além disso, essa situação faz com que aumentem probabilidades de as pessoas migrarem para os Estados Unidos em busca de emprego e de uma vida melhor.

Nas palavras da secretária de Estado Madeleine Albright: “Não há dúvida de que o planejamento familiar salva vidas, contribui para o bem-estar das mulheres e dos seus filhos, e evita o trágico recurso do aborto. O planejamento familiar internacional também

atende a importantes interesses de política externa dos Estados Unidos: a elevação do status das mulheres, a redução do fluxo de refugiados, a proteção do meio ambiente em nível global, e a promoção do desenvolvimento sustentável, que resulta em maior crescimento econômico e oportunidades de negócios para as nossas empresas."

P: Com que rapidez a população do mundo está crescendo?

R: Embora o ritmo do crescimento populacional esteja diminuindo, a população mundial, que atualmente está na casa dos 5,9 bilhões, ainda acrescenta 80 milhões de pessoas ao planeta a cada ano. Isso é o equivalente a acrescentar mais uma cidade de Nova York a cada mês, mais um México a cada ano, e mais uma Índia a cada década.

Além de melhorar a saúde das mães e de seus filhos, os programas de planejamento familiar têm contribuído muito para a redução das taxas de crescimento populacional. Se esses programas forem mantidos, estima-se que a população dos países em desenvolvimento chegará a um nível de aproximadamente 8 bilhões no ano 2050. Sem esses programas, essa população poderia superar os 11 bilhões em 2050.

Outros fatores também contribuem para diminuir o ritmo do crescimento populacional, incluindo a melhoria da educação e do status das mulheres, a elevação dos índices de sobrevivência de crianças, e a diminuição da pobreza.

P: O que a assistência da USAID ao planejamento familiar faz?

R: A assistência ao planejamento familiar voluntário e serviços de saúde referentes à reprodução são prestados em mais de 60 países em desenvolvimento, na Europa Oriental, e nos estados da antiga União Soviética. A USAID e as suas missões no exterior trabalham em parceria com: governos; empresas privadas; organizações não-governamentais, como CARE e Save the Children; universidades; e outros doadores internacionais, como o Fundo das Nações Unidas Para a População [United Nations Population Fund] (UNFPA).

Todos os elementos essenciais de um programa de

planejamento familiar são apoiados pela USAID, incluindo o treinamento de agentes de saúde, fornecimento de anticoncepcionais, gerenciamento financeiro, educação pública e marketing, e pesquisa e desenvolvimento de anticoncepcionais seguros e eficazes. O apoio da USAID se baseia em uma ampla abordagem referente à saúde reprodutiva que dá ênfase à opção entre uma grande variedade de anticoncepcionais, melhor qualidade de assistência médica, e serviços que têm o cliente como prioridade. E os programas de planejamento familiar da USAID estão cada vez mais integrados a outros esforços comunitários para melhorar a saúde das mães e das crianças, elevar o status das mulheres, e prevenir a transmissão de HIV e de outras doenças infecciosas.

P: A assistência ao planejamento familiar da USAID tem sido bem sucedida?

R: O programa de planejamento familiar da USAID é reconhecido mundialmente como um dos mais bem sucedidos componentes da ajuda externa dos Estados Unidos. Mais de 50 milhões de casais nos países em desenvolvimento usam o planejamento familiar como resultado direto dos esforços da USAID. Nos 28 países que têm os maiores programas de planejamento familiar patrocinados pela USAID, o número médio de filhos por família diminuiu em um terço, de mais de seis na década de sessenta para aproximadamente quatro. Essas famílias têm melhores condições de alimentar, vestir, educar e proporcionar assistência médica para os seus filhos. Centenas de milhares de mulheres e crianças estão vivas atualmente por causa desses programas.

Os primeiros investimentos da USAID em planejamento familiar ajudaram a estabilizar o crescimento populacional em países estrategicamente importantes e resultaram na criação de fortes parceiros comerciais dos Estados Unidos, como, por exemplo a Coreia, Taiwan e Tailândia. Além disso, o trabalho de pesquisa da USAID na área de anticoncepcionais continua a trazer benefícios significativos para americanos, inclusive a introdução de anticoncepcionais orais de baixa dosagem e o preservativo feminino.

P: Será que os Estados Unidos não estão obrigando os países pobres e as mulheres pobres a participarem desses programas?

R: Os homens e mulheres que participam dos programas de planejamento familiar apoiados pela

USAID o fazem voluntariamente, sem nenhuma coação, e com as informações de que precisam para fazer as escolhas adequadas no que diz respeito ao uso de anticoncepcionais.

Os casais querem famílias menores. As pesquisas recentes mostram que o tamanho desejado das famílias é menor do que o real em quase todos os países em desenvolvimento, independente da religião e da cultura. Pelo menos 120 milhões de casais nos países em desenvolvimento ainda querem aumentar o tempo decorrido entre os nascimentos dos filhos, ou limitar o número de filhos, mas não têm acesso a anticoncepcionais, e o número de casais em idade de procriar deve crescer em pelo menos 20 milhões a cada ano.

A grande maioria das nações do mundo reconhece que os programas de planejamento familiar desempenham um importante papel no desenvolvimento humano e econômico. Os governos de aproximadamente 130 países subvencionam serviços de planejamento familiar, incluindo aproximadamente 65 países em desenvolvimento que estão procurando, especificamente, diminuir a taxa do crescimento populacional. A USAID somente presta assistência aos países quando eles solicitam tal assistência. Não há envio de verba de planejamento familiar da USAID para a China.

P: As verbas da USAID são usadas para executar ou promover abortos no exterior?

Desde 1973, em conformidade com a emenda Helms à Lei de Ajuda Externa [Foreign Assistance Act], a USAID é proibida de usar verbas para apoiar abortos como método de planejamento familiar. Vários procedimentos são usados para assegurar o rigoroso cumprimento da lei. Esses procedimentos incluem disposições legais nos contratos da USAID que proíbem tal atividade, o monitoramento do pessoal, e auditorias regulares feitas por empresas de contabilidade reconhecidas em âmbito nacional.

Na verdade, como a pesquisa – e o bom senso – indicam, o maior acesso ao planejamento familiar ajuda a prevenir a necessidade de abortos. Na Rússia, por exemplo, por causa da limitada disponibilidade de anticoncepcionais, o aborto tem sido usado com o principal método de controle de natalidade. No entanto, o recente aumento na disponibilidade de métodos

modernos de planejamento familiar já resultou em uma queda na taxa de abortos de mais de um terço. Na Hungria, a introdução de métodos anticoncepcionais modernos coincidiu com uma redução de 60 por cento no número de abortos. Resultados parecidos podem ser vistos nos seguintes países: Chile, Colômbia, México, Coréia do Sul, Cazaquistão e Ucrânia.

A Organização das Nações Unidas estima que em 40 por cento de todas as ocorrências de gravidez no mundo inteiro, trata-se de gravidez não desejada, e dessas, 60 por cento terminam em abortos. À medida que um número cada vez maior de pessoas desejam, com certeza, ter menos filhos, os serviços de planejamento familiar se tornarão ainda mais essenciais. Aproximadamente 75.000 mulheres já estão morrendo a cada ano por causa de abortos inseguros – freqüentemente induzidos pela própria gestante.

P: O que aconteceu com as verbas da USAID para o planejamento familiar internacional?

Embora as verbas da USAID para o planejamento familiar tenham tido uma tendência a subir durante 30 anos, o “poder de compra” dessas verbas, na verdade, diminuiu devido à inflação e também devido ao aumento do número de mulheres em idade de procriar. Além disso, em 1996, o Congresso dos Estados Unidos reduziu as verbas para o planejamento familiar internacional em 35 por cento.

P: Por que os americanos apóiam o planejamento familiar internacional?

Uma pesquisa após outra mostra que a maioria dos americanos apóia a assistência ao planejamento familiar internacional. A diversidade dos motivos é tão grande quanto a diversidade no próprio país – melhoria da saúde das mulheres e crianças, elevação do status das mulheres, ajuda no sentido de atenuar a pobreza no mundo, redução do número de abortos, estabilização da população, proteção do meio ambiente em nível global, promoção do desenvolvimento econômico no exterior, e atendimento aos interesses econômicos do seu próprio país. Para cada uma dessas razões, um compromisso forte e contínuo dos Estados Unidos com a assistência internacional nas questões de população é essencial.

PRINCÍPIOS DO PROGRAMA DE AÇÃO DO CAIRO

A seguir apresentamos os princípios do Programa de Ação adotado pela Conferência Internacional das Nações Unidas Sobre a População e o Desenvolvimento, em setembro de 1994, no Cairo, Egito.

A implementação das recomendações contidas no Programa de Ação é o direito soberano de cada país, de acordo com as suas leis nacionais e prioridades de desenvolvimento, com todo o respeito pelos vários valores religiosos e éticos e origens culturais de seu povo, e em conformidade com os direitos humanos internacionais reconhecidos universalmente.

A cooperação internacional e a solidariedade universal, orientadas pelos princípios do Documento Constitutivo das Nações Unidas, e em um espírito de parceria, são cruciais para que se possa melhorar a qualidade de vida dos povos do mundo.

Ao tratar do mandato da Conferência Internacional Sobre a População e o Desenvolvimento e a sua temática geral, os inter-relacionamentos entre a população, o crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento sustentado, e das suas deliberações, os participantes foram e continuarão a ser orientados pelo conjunto de princípios que se segue:

Princípio 1: Todos os seres humanos nascem livres e iguais no que diz respeito à dignidade e aos direitos. Todos devem ter todos os direitos e liberdades especificados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sem distinção de nenhum tipo, como de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outro tipo de situação. Todos tem o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Princípio 2: Os seres humanos estão no centro das preocupações quando ao desenvolvimento sustentável. Eles têm o direito de ter uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza. As pessoas são o recurso mais importante e mais valioso de qualquer nação. Os países devem assegurar que todos os indivíduos tenham a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial. Eles têm o direito a um padrão de vida adequado para si mesmos e para as suas famílias, incluindo alimentação, vestuário, habitação, água e saneamento básico adequados.

Princípio 3: O direito ao desenvolvimento é um direito universal e inalienável e uma parte dos direitos humanos fundamentais, e a pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento. Enquanto o desenvolvimento facilita o gozo de todos os direitos humanos, a falta de desenvolvimento não pode ser usada para justificar o cerceamento dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos. O direito ao desenvolvimento deve ser atendido, de modo a atender às necessidades de população, desenvolvimento e ambientais tanto da atual geração quanto das futuras.

Princípio 4: O progresso rumo à igualdade entre os gêneros e à igualdade e acesso ao poder, por parte da mulher, e a eliminação de todos os tipos de violência contra as mulheres, e a garantia da capacidade das mulheres de controlar a sua própria fertilidade, são as pedras fundamentais dos programas referentes à população e ao desenvolvimento. Os direitos humanos das mulheres e da menina são uma parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A participação integral e igual das mulheres na vida econômica, política, e social, nos níveis nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação

baseadas em sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional.

Princípio 5: Os objetivos e políticas relacionados à população são partes integrais do desenvolvimento cultural, econômico e social, cujo principal objetivo é melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas.

Princípio 6: O desenvolvimento sustentável como meio de assegurar o bem-estar humano, compartilhado com igualdade por todas as pessoas hoje e no futuro, requer que as inter-relações entre a população, os recursos, o meio ambiente, e o desenvolvimento sejam inteiramente reconhecidos, adequadamente administrados, e conduzidos a um equilíbrio harmonioso e dinâmico. Para conseguir o desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todas as pessoas, os Estados devem reduzir e eliminar os modelos insustentáveis de produção e consumo, e promover as políticas adequadas, incluindo políticas relacionadas à população, para atender às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades.

Princípio 7: Todos os Estados e todas as pessoas deverão cooperar na tarefa essencial da erradicação da pobreza como um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, para diminuir as disparidades nos padrões de vida e atender melhor às necessidades da maioria das pessoas do mundo. Deve-se atribuir prioridade especial à situação e às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente os menos desenvolvidos. Os países com economias em transição, assim como todos os outros países, precisam ser inteiramente integrados à economia mundial.

Princípio 8: Todos têm o direito de usufruir do mais elevado padrão de saúde física e mental. Os Estados devem tomar todas as medidas adequadas para assegurar, tendo como base a igualdade entre os homens e as mulheres, o acesso universal aos serviços de assistência médica, incluindo aqueles referentes aos cuidados com a saúde reprodutiva, que incluem o planejamento familiar e a saúde sexual. Os programas de assistência à saúde reprodutiva devem proporcionar a mais ampla

gama de serviços sem nenhuma forma de coação. Todos os casais e indivíduos têm o direito básico de decidir com liberdade e responsabilidade o número de filhos que terão, e os intervalos entre os nascimentos dos filhos, e deverão ter as informações, a educação, e os meios para isso.

Princípio 9: A família é a célula básica da sociedade e como tal deve ser fortalecida. Ela tem o direito de receber proteção e apoio abrangentes. Em sistemas culturais, políticos, e sociais diferentes, a família existe sob várias formas. O casamento deve ser realizado por livre e espontânea vontade dos futuros cônjuges, e o marido e a mulher devem ser parceiros em igualdade de condições.

Princípio 10: Todos têm direito à educação, a qual deverá ter como objetivo o total desenvolvimento dos recursos humanos, e da dignidade e do potencial humano, com especial atenção às mulheres e à menina. A educação deve ser desenvolvida para fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo aquelas referentes à população e ao desenvolvimento. Os melhores interesses da criança devem constituir o princípio que norteia os responsáveis pela sua educação e orientação; essa responsabilidade é, em primeiro lugar, dos pais.

Princípio 11: Todos os Estados e famílias devem dar a mais alta prioridade possível às crianças. A criança tem direito a padrões de vida adequados para o seu bem-estar e o direito aos mais altos padrões obtíveis de saúde, e o direito à educação. A criança tem o direito de ser cuidada, orientada, e sustentada pelos pais, famílias e sociedade, e de ser protegida por medidas legislativas, administrativas, sociais, e educacionais, contra todas as formas de violência mental e física, injúrias ou abusos, negligência ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, incluindo venda, tráfico, abuso sexual e tráfico de seus órgãos.

Princípio 12: Os países que receberem migrantes portadores de documentos devem proporcionar tratamento apropriado e serviços adequados de bem-estar social para eles e suas famílias, e devem assegurar a sua segurança física e proteção, levando em consideração as circunstâncias e necessidades especiais dos países, especialmente os países em

desenvolvimento, tentando atingir esses objetivos ou atender esses requisitos com relação aos migrantes que não possuam documentos, em conformidade com as disposições das convenções relevantes e dos instrumentos e documentos internacionais. Os países devem garantir, a todos os imigrantes, todos os direitos humanos básicos incluídos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Princípio 13: Todos têm o direito de procurar e usufruir, em outros países, asilo, caso sejam alvo de perseguições. Os Estados têm responsabilidades com relação aos refugiados conforme determinação da Convenção de Genebra Sobre o Status dos Refugiados e o seu Protocolo de 1967.

Princípio 14: Ao considerar as necessidades de população e desenvolvimento dos povos indígenas, os Estados devem reconhecer e apoiar a sua identidade, cultura, e interesses, e dar a eles condições de participar, de maneira plena, da vida

econômica, política e social do país, especialmente nos casos em que a sua saúde, educação, e bem-estar estiverem afetados.

Princípio 15: O crescimento econômico sustentável, no contexto do desenvolvimento sustentável, e o progresso social, exigem que o crescimento tenha uma base ampla, oferecendo oportunidades iguais a todas as pessoas. Todos os países devem reconhecer suas responsabilidades comuns porém diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que têm na busca internacional do desenvolvimento sustentável, e devem continuar a redobrar seus esforços para promover o crescimento econômico sustentável e para diminuir os desequilíbrios de uma forma que possa beneficiar todos os países, especialmente os países em desenvolvimento.

DEPARTAMENTOS



POPULAÇÃO: Bibliografia

Cliquet, Robert, and Kristiaan Thienpont
POPULATION AND DEVELOPMENT: A MESSAGE FROM THE CAIRO CONFERENCE
Kluwer Academic Publishers, 1995, 180p.

Cook, R. J.
WOMEN'S HEALTH AND HUMAN RIGHTS: THE PROMOTION AND PROTECTION OF WOMEN'S HEALTH THROUGH INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS LAW
World Health Organization, 1994, 69p.

Furedi, Frank
POPULATION AND DEVELOPMENT: A CRITICAL INTRODUCTION
St. Martin's Press, 1997, 201p.

Grant, Lindsey
JUGGERNAUT: GROWTH ON A FINITE PLANET
Seven Locks Press, 1996, 305p.

Hollingsworth, William G.
ENDING THE EXPLOSION: POPULATION POLICIES AND ETHICS FOR A HUMANE FUTURE
Seven Locks Press, 1996, 256p.

Mitchell, Donald O., Merlinda D. Ingco, and Ronald C. Duncan
THE WORLD FOOD OUTLOOK
Cambridge University Press, 1997, 250p.

Nambooiri, Krishnan
A PRIMER OF POPULATION DYNAMICS
Plenum, 1996, 350p.

United Nations Commission on Population and Development
CONCISE REPORT ON WORLD POPULATION MONITORING, 1998: HEALTH AND MORTALITY
United Nations Commission on Population and Development, 1997, 87p.
Disponível na Internet em inglês no seguinte endereço:
<http://www.undp.org/popin/unpopcom/31stsess/concis/oncieg2.htm>, *em francês no seguinte endereço:*
<http://www.undp.org/popin/unpopcom/31stsess/concis/oncifr2.htm>, *e em espanhol no seguinte endereço:*
<http://www.undp.org/popin/unpopcom/31stsess/concis/oncisp2.htm>

United Nations Population Fund
COMING UP SHORT: STRUGGLING TO IMPLE-

MENT THE CAIRO PROGRAMME OF ACTION

United Nations Population Fund, 1997, 14p.

Disponível na Internet no seguinte endereço:

<http://www.unfpa.org/>

[PUBLICAT/ADVOCACY/SHORT.HTM](http://www.unfpa.org/PUBLICAT/ADVOCACY/SHORT.HTM)

United Nations Population Fund

INTERNATIONAL CONFERENCE ON POPULATION AND DEVELOPMENT 1994, SUMMARY OF THE PROGRAMME OF ACTION

United Nations Population Fund, 1995, 21p.

Disponível na Internet no seguinte endereço:

<http://www.un.org/ecosocdev/geninfo/populatin/icpd.htm>

United Nations Population Fund

REPORT OF THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON POPULATION AND DEVELOPMENT, CAIRO, 5-13 SEPTEMBER 1994

United Nations Population Fund, 1994, 155p.

Disponível na Internet em inglês no seguinte endereço:

<http://www.undp.org/popin/icpd/conference/offeng/poa.html>, em francês no seguinte endereço:

<http://www.undp.org/popin/icpd/conference/offre/conf13.fre.html>, e em espanhol no seguinte endereço:

<http://www.undp.org/popin/icpd/conference/offspa/sconf13.html>

United Nations Population Fund

THE STATE OF WORLD POPULATION 1997: THE RIGHT TO CHOOSE: REPRODUCTIVE RIGHTS AND REPRODUCTIVE HEALTH

United Nations Population Fund, 1997, 80p.

Disponível na Internet em inglês no seguinte endereço:

<http://www.unfpa.org/SWP/SWPMAIN.HTM>, em francês no seguinte endereço:

<http://www.unfpa.org/FRAN-CAIS/SWP/FSWPMAIN.HTM>, e em espanhol no seguinte endereço:

<http://www.unfpa.org/ESPAÑOL/SWP/SSWPMAIN.HTM>

United Nations Population Fund

THE STATE OF WORLD POPULATION 1996: CHANGING PLACES: POPULATION, DEVELOPMENT AND THE URBAN FUTURE

United Nations Population Fund, 1996, 76p.

Disponível na Internet em inglês no seguinte endereço:

<http://www.unfpa.org/SWP/SWP96/SWP96MN.HTM>, e em francês no seguinte endereço:

<http://www.unfpa.org/swp96-fr/cont96f.html>

United Nations Population Fund

THE STATE OF WORLD POPULATION 1995: DECI-

SIONS FOR DEVELOPMENT: WOMEN, EMPOWERMENT AND REPRODUCTIVE HEALTH

United Nations Population Fund, 1995, 76p.

Disponível na Internet em inglês no seguinte endereço:

[gopher://fpa003.unfpa.org:70/11/swp95/english](http://www.unfpa.org/gopher://fpa003.unfpa.org:70/11/swp95/english), em francês no seguinte endereço:

[gopher://fpa003.unfpa.org:70/11/swp95/french](http://www.unfpa.org/gopher://fpa003.unfpa.org:70/11/swp95/french), e em espanhol no seguinte endereço:

[gopher://fpa003.unfpa.org:70/11/swp95/spanish](http://www.unfpa.org/gopher://fpa003.unfpa.org:70/11/swp95/spanish)

World Health Organization

WORLD HEALTH REPORT 1998: LIFE IN THE 21ST CENTURY: A VISION FOR ALL

World Health Organization, 1998, 247p.

Resumo executivo e números e mapas selecionados

disponíveis na Internet no seguinte endereço:

<http://www.who.org/whr/1998/whr-en.htm>

ARTIGOS

Ashford, Lori S.; Kalish, Susan; Loffredo, Sasha.

NEW PERSPECTIVES ON POPULATION: LESSONS FROM CAIRO

(Population Bulletin, Vol. 50, No. 1, March 1995, pp. 2-46)

Gore, Albert.

THE CAIRO CONFERENCE: DEFINING AN AGENDA OF HOPE, OPPORTUNITY, AND PROGRESS

(U. S. Department of State Dispatch, Vol. 5, No. 35, August 29, 1994, pp. 569-573)

Hartmann, Betsy.

CAIRO CONSENSUS SPARKS NEW HOPES, OLD WORRIES

(Forum for Applied Research & Public Policy, Vol. 12, No. 2, Summer 1997, pp. 33-40)

INTERNATIONAL POPULATION ASSISTANCE: U. S. SUPPORT FOR FAMILY PLANNING AND REPRODUCTIVE HEALTH

(Congressional Digest, Vol. 76, No. 4, April 1997, pp. 99-128)

Kirwin, Simon.

WHO REAFFIRMS COMMITMENT TO WOMEN'S HEALTH

(British Medical Journal, Vol. 316, No. 7138, April 11, 1998, p. 1113)

Livernash, Robert; Rodenburg, Eric.

POPULATION CHANGE, RESOURCES, AND THE ENVIRONMENT

(Population Bulletin, Vol. 53, No. 1, March 1998, pp. 2-39)

McFalls, Joseph A., Jr.

POPULATION: A LIVELY INTRODUCTION

(Population Bulletin, Vol. 53, No. 3, September 1998, p. 2-48)

McIntosh, C. Alison; Finkle, Jason L.

THE CAIRO CONFERENCE ON POPULATION AND DEVELOPMENT: A NEW PARADIGM?

(Population and Development Review, Vol. 21, No. 2, June 1, 1995, pp. 223-260)

Mitchell, Jennifer D.

BEFORE THE NEXT DOUBLING

(World Watch, Vol. 11, No. 1, January/February 1998, pp. 20-27)

McKibben, Bill.

A SPECIAL MOMENT IN HISTORY; THE FUTURE OF POPULATION

(The Atlantic Monthly, Vol. 281, No. 5, May 1998, pp. 55-78)

PROGRESS ON YOUTH REPRODUCTIVE HEALTH

(Population Today, Vol. 26, No. 6, June 1998, pp. 4-5)

Riley, Nancy E.

GENDER, POWER, AND POPULATION CHANGE

(Population Bulletin, Vol. 52, No. 1, May 1997, pp. 2-48)

POPULAÇÃO: Sites na Internet

WEB SITES

U.S. State Department Bureau of Population, Refugees, and Migration
[Departamento de Estado dos Estados Unidos – Escritório de População, Refugiados e Migração]
<http://www.state.gov/www/global/prm/index.html>

U.S. Agency for International Development Population, Health, and Nutrition
[Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional – População, Saúde e Nutrição]
http://www.info.usaid.gov/pop_health/

U.S. Information Agency Resources for Women
[Agência de Informações dos Estados Unidos – Recursos Para Mulheres]
<http://www.usia.gov/topical/global/women/woman.htm>

A USIA não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e nem pela disponibilidade dos seguintes sites.

United Nations Population Fund
[Fundo das Nações Unidas Para a População]
<http://www.unfpa.org/>

United Nations International Conference on Population and Development
[Conferência Internacional das Nações Unidas Sobre População e Desenvolvimento]
<http://www.mbnet.mb.ca/linkages/cairo.html>

United Nations Population Information Network
[Rede de Informações Sobre População, das Nações Unidas]
<http://www.undp.org/popin>

Population Reference Bureau
[Escritório de Referência Sobre População]
<http://www.prb.org/prb/>

Center for Development and Population Activities
[Centro de Desenvolvimento e Atividades Referentes à População]
<http://www.cedpa.org/>

Task Forces of the U.S. NGOs in support of the Cairo Censensus
[Forças-tarefas das ONGs dos Estados Unidos que Apóiam o Consenso do Cairo]
<http://www.cedpa.org/features/cairo.htm>

Cairo+5 - A Bulletin for Journalists
[Cairo+5 – Um Boletim Para Jornalistas]
<http://www.populationaction.org/cairo/home.htm>

Demographic and Population Resources
[Recursos Demográficos e Populacionais]
<http://pstc3.pstc.brown.edu/resources.html>

International Women's Health Coalition
[Coalizão Internacional Para a Saúde das Mulheres]
<http://www.iwhc.org/>

Population Index - on the Web
[Índice População – na Web]
<http://popindex.princeton.edu/>

Population Council
[Conselho de População]
<http://www.popcouncil.org/>

Population Action International
[Ação Internacional Para Questões de População]
<http://www.populationaction.org/>

Union of Concerned Scientists Population Resources on the Web
[União de Cientistas Preocupados – Recursos de População na Web]

questões globais

Volume 3, Número 2, Setembro de 1998



A POPULAÇÃO NO NOVO MILÊNIO

**A
PERSPECTIVA DOS
EUA**